O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	**COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS**	**02.846.056/0001-97**
4 - NIRE		
35.300.158.334		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				VILA OLÍMPIA	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
04551-065	SÃO PAULO				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
11	3048-5921	3048-5925	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
11	3048-5911	-	-		
15 - E-MAIL					
renato.vale@grupoccr.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
ARTHUR PIOTTO FILHO					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
AV. CHEDID JAFFET, 222, BLOCO B, 5 ANDAR				VILA OLÍMPIA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
04551-065	SÃO PAULO				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
11	3048-5931	3048-5921	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
11	3048-5903	3048-5911	-		
16 - E-MAIL					
arthur.piotto@grupoccr.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	00418-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
JOSÉ LUIZ RIBEIRO DE CARVALHO	007.769.948-32

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	403.101.800	403.101.800	403.101.800
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	403.101.800	403.101.800	403.101.800
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 3990 - Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/05/2009	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	2.850.147	2.668.850
1.01	Ativo Circulante	801.677	1.163.094
1.01.01	Disponibilidades	724.079	775.133
1.01.01.01	Caixa e Bancos	157	656
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	723.922	774.477
1.01.02	Créditos	34.092	2.929
1.01.02.01	Clientes	34.092	2.929
1.01.02.01.01	Contas a receber	0	82
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	34.092	2.847
1.01.02.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	0	0
1.01.02.02.01	Conta reserva	0	0
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	43.506	385.032
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	16.743	22.441
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	0	0
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	318	334
1.01.04.06	Outros Créditos	2.255	1.928
1.01.04.07	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	24.190	360.329
1.02	Ativo Não Circulante	2.048.470	1.505.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	393.353	49.176
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	0	0
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	334.164	2.833
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	1.724	1.724
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	332.440	1.109
1.02.01.03	Outros	59.189	46.343
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	59.171	46.333
1.02.01.03.02	IRPJe CSLL Diferidos	0	0
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	18	10
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	0	0
1.02.01.03.05	Despesas Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	0	0
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.655.117	1.456.580
1.02.02.01	Investimentos	1.638.267	1.438.006

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	1.638.267	1.438.006
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.01.06	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.022	1.046
1.02.02.03	Intangível	15.828	17.528
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	2.850.147	2.668.850
2.01	Passivo Circulante	545.083	520.321
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.01.02	Debêntures	375.687	352.700
2.01.03	Fornecedores	2.427	4.646
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	190	321
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	190	321
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	141.085	141.085
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.01.06.03	Contingências	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	12.912	18.056
2.01.07.01	Partes relacionadas	12.912	18.056
2.01.08	Outros	12.782	3.513
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.708	3.439
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	0	0
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	74	74
2.02	Passivo Não Circulante	570.709	570.002
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	570.709	570.002
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	0	0
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	521.280	558.470
2.02.01.03	Provisões	37.897	0
2.02.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	0	0
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.02.01.03.05	Contingências	0	0
2.02.01.03.06	Provisão para Passivo a Descoberto	37.897	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.633	10.633
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.633	10.633
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	899	899
2.02.01.06.01	Obrigações com o poder concedente	0	0
2.02.01.06.02	Outras contas a pagar	899	899
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05	Patrimônio Líquido	1.734.355	1.578.527
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.612)	(2.499)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.612)	(2.499)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	155.941	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	17.012	17.012	16.653	16.653
3.02	Deduções da Receita Bruta	(639)	(639)	93	93
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	16.373	16.373	16.746	16.746
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.820)	(8.820)	(8.556)	(8.556)
3.04.01	Depreciação e amortização	(5)	(5)	0	0
3.04.02	Serviços	(3.220)	(3.220)	(3.798)	(3.798)
3.04.03	Custos com Obrigações Poder Concedente	0	0	0	0
3.04.04	Custo com Pessoal	(3.915)	(3.915)	(3.216)	(3.216)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(1.417)	(1.417)	(1.229)	(1.229)
3.04.06	Outros	(263)	(263)	(313)	(313)
3.05	Resultado Bruto	7.553	7.553	8.190	8.190
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	148.388	148.388	153.987	153.987
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(14.786)	(14.786)	(20.521)	(20.521)
3.06.03	Financeiras	(1.458)	(1.458)	8.261	8.261
3.06.03.01	Receitas Financeiras	29.797	29.797	14.628	14.628
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	15	15	26	26
3.06.03.01.02	Ganhos com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	29.782	29.782	14.602	14.602
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(31.255)	(31.255)	(6.367)	(6.367)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést, Financ. e Debêntures	(30.917)	(30.917)	(3.826)	(3.826)
3.06.03.02.02	Variação Monetária s/Obrig. P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Variação Monetárias e Cambiais	(2)	(2)	0	0
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	0	0	0	0
3.06.03.02.05	Taxas, Comissões e Outras Desp.Financ.	(336)	(336)	(2.541)	(2.541)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.686)	(1.686)	(752)	(752)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	166.318	166.318	166.999	166.999
3.07	Resultado Operacional	155.941	155.941	162.177	162.177
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	155.941	155.941	162.177	162.177
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	155.941	155.941	162.177	162.177
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,38685	0,38685	0,40232	0,40232
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.361	3.361	(4.982)	(4.982)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.458	16.458	1.154	1.154
4.01.01.01	Lucro liquido do exercicio	155.941	155.941	162.177	162.177
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib. social difer	0	0	0	0
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	0	0	0	0
4.01.01.04	Depreciação e amortização	114	114	117	117
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	0	0	3	3
4.01.01.06	Amortização do agio	1.687	1.687	1.927	1.927
4.01.01.07	Variação cambial s/emprest e financiamen	0	0	0	0
4.01.01.08	Variação monet.obrig.c/ poder concedente	0	0	0	0
4.01.01.09	Juros e VM s/debentures ,empres e financ	30.365	30.365	3.929	3.929
4.01.01.10	Resultado de operação de hedge	0	0	0	0
4.01.01.11	Constit. e juros s/contingencias fiscais	0	0	0	0
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	0	0	0	0
4.01.01.13	Juros s/ impostos parcelados	0	0	0	0
4.01.01.14	Participação dos minoritarios	0	0	0	0
4.01.01.15	Equivalência Patrimonial	(166.318)	(166.318)	(166.999)	(166.999)
4.01.01.16	Reversão provisão IR e CS	0	0	0	0
4.01.01.17	Provisão para Perda em Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.18	Juros s/mutuos c/ partes relacionadas	(5.331)	(5.331)	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(13.097)	(13.097)	(6.136)	(6.136)
4.01.02.01	Contas a receber	82	82	(52)	(52)
4.01.02.02	Partes relacionadas	(7.495)	(7.495)	(7.847)	(7.847)
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(7.140)	(7.140)	(3.590)	(3.590)
4.01.02.04	Despesas antec. outorga fixa	0	0	0	0
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(319)	(319)	(248)	(248)
4.01.02.06	Outras contas a receber	0	0	(470)	(470)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/03/2009	4 -01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008
4.01.02.07	Fornecedores	(2.219)	(2.219)	6.286	6.286
4.01.02.08	Partes relacionadas	(5.144)	(5.144)	(9.476)	(9.476)
4.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	9.269	9.269	7.250	7.250
4.01.02.10	Imp. e contr.a recolher IR CS	(131)	(131)	409	409
4.01.02.11	Outras contas a pagar	0	0	1.602	1.602
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(11.234)	(11.234)	(47.466)	(47.466)
4.02.01	Aumento capital em Sociedade Controlada	(11.158)	(11.158)	(47.402)	(47.402)
4.02.02	Aquisição ativo imob. e intangivel	(76)	(76)	(64)	(64)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(43.181)	(43.181)	6.585	6.585
4.03.01	Empr., financ. e debentures - Captações	0	0	0	0
4.03.02	Empr., financ. e debentures - Pagamento	(45.120)	(45.120)	(45.854)	(45.854)
4.03.03	Empr.,financ. e debent. -Custo transação	552	552	89	89
4.03.04	Contratos de mútuo - partes relacionadas	(349.750)	(349.750)	0	0
4.03.05	Dividendos recebidos	351.137	351.137	52.350	52.350
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(51.054)	(51.054)	(45.863)	(45.863)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	775.133	775.133	551.959	551.959
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	724.079	724.079	506.096	506.096

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	155.941	0	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	155.941	0	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	6.677.860	6.270.575
1.01	Ativo Circulante	1.467.379	1.371.529
1.01.01	Disponibilidades	1.071.928	1.037.871
1.01.01.01	Caixa e Bancos	28.481	40.015
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	1.043.447	997.856
1.01.02	Créditos	184.099	180.355
1.01.02.01	Clientes	171.298	178.584
1.01.02.01.01	Contas a Receber	116.094	117.309
1.01.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	71.268	74.672
1.01.02.01.03	Provisão para devedores Duvidosos	(16.064)	(13.397)
1.01.02.02	Créditos Diversos	12.801	1.771
1.01.02.02.01	Conta Reserva	12.801	1.771
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	211.352	153.303
1.01.04.01	Impostos a Recuperar	95.981	46.328
1.01.04.02	IRPJ e CSLL Diferidos	15.971	19.756
1.01.04.03	Depósitos Judiciais	7.196	7.196
1.01.04.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	42.458	34.360
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	15.637	18.171
1.01.04.06	Outros Créditos	16.300	9.230
1.01.04.07	Contas a Receber com Operações de "Swap"	17.809	18.262
1.02	Ativo Não Circulante	5.210.481	4.899.046
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.405.503	1.157.081
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.295	657
1.02.01.01.01	Contas a receber	0	0
1.02.01.01.02	Conta reserva	1.295	657
1.02.01.01.03	Provisão para Devedores Duvidosos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.156	1.109
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.156	1.109
1.02.01.03	Outros	1.403.052	1.155.315
1.02.01.03.01	Impostos a Recuperar	59.169	46.333
1.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	24.921	23.812
1.02.01.03.03	Depósitos Judiciais	7.492	8.019
1.02.01.03.04	Pagamentos Antecipados Relac.à Concessão	1.289.312	1.043.340
1.02.01.03.05	Despesa Antecipada de Outorga Fixa	0	0
1.02.01.03.06	Despesas Antecipadas	84	177
1.02.01.03.07	Outros Créditos	0	36
1.02.01.03.08	Contas a Recber com Operações de "Swap"	22.074	33.598
1.02.02	Ativo Permanente	3.804.978	3.741.965

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
1.02.02.01	Investimentos	73.599	63.927
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	73.599	63.927
1.02.02.02	Imobilizado	3.224.863	3.160.201
1.02.02.03	Intangível	421.912	431.555
1.02.02.04	Diferido	84.604	86.282

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	6.677.860	6.270.575
2.01	Passivo Circulante	2.596.310	2.303.195
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.362.890	1.144.843
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.362.332	1.144.078
2.01.01.02	Contas a Pagar - Operaçõe de "Swap"	558	765
2.01.02	Debêntures	653.232	617.755
2.01.03	Fornecedores	120.931	159.625
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	58.658	63.280
2.01.04.01	Impostos e Contribuições a Recolher	58.658	63.280
2.01.04.02	Impostos e Contribuições Parcelados	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	143.506	143.506
2.01.06	Provisões	100.797	27.423
2.01.06.01	Imposto de renda e contribuição social	92.842	18.197
2.01.06.02	IRPJ e CSLL Diferidos	6.449	6.730
2.01.06.03	Contingências	1.506	2.496
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	44.840	56.204
2.01.07.01	Partes relacionadas	44.840	56.204
2.01.08	Outros	111.456	90.559
2.01.08.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.569	43.402
2.01.08.02	Obrigações com o Poder Concedente	8.637	8.568
2.01.08.03	Outras Contas a Pagar	36.250	38.589
2.02	Passivo Não Circulante	2.320.478	2.363.773
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.320.478	2.363.773
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	419.902	340.314
2.02.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	419.902	340.314
2.02.01.01.02	Contas a Pagar - Operações de "Swap"	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.499.771	1.619.946
2.02.01.03	Provisões	377.022	378.874
2.02.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	310.494	308.456
2.02.01.03.02	IRPJ e CSLL Diferidos	32.098	32.049
2.02.01.03.03	Impostos e Contribuições a Recolher	0	0
2.02.01.03.04	Impostos e Contribuições Parcelados	27.356	31.371
2.02.01.03.05	Contingências	7.074	6.998
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	10.633	10.633
2.02.01.04.01	Partes relacionadas	10.633	10.633
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	13.150	14.006
2.02.01.06.01	Obrigações com o Poder Concedente	9.581	10.254
2.02.01.06.02	Outras Contas a Pagar	3.569	3.752
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	26.717	25.080

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05	Patrimônio Líquido	1.734.355	1.578.527
2.05.01	Capital Social Realizado	791.761	791.761
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	789.265	789.265
2.05.04.01	Legal	35.679	35.679
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	753.586	753.586
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.612)	(2.499)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.612)	(2.499)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	155.941	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	774.414	774.414	668.091	668.091
3.02	Deduções da Receita Bruta	(58.452)	(58.452)	(47.696)	(47.696)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	715.962	715.962	620.395	620.395
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(299.935)	(299.935)	(247.938)	(247.938)
3.04.01	Depreciação e Amortização	(87.394)	(87.394)	(77.312)	(77.312)
3.04.02	Serviços	(75.869)	(75.869)	(69.658)	(69.658)
3.04.03	Custo com Outorga	(60.927)	(60.927)	(45.889)	(45.889)
3.04.04	Custo com Pessoal	(41.625)	(41.625)	(30.416)	(30.416)
3.04.05	Materiais, Equipamentos e Veículos	(10.526)	(10.526)	(5.830)	(5.830)
3.04.06	Outros	(23.594)	(23.594)	(18.833)	(18.833)
3.05	Resultado Bruto	416.027	416.027	372.457	372.457
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(153.282)	(153.282)	(120.039)	(120.039)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(61.328)	(61.328)	(52.693)	(52.693)
3.06.03	Financeiras	(82.910)	(82.910)	(62.325)	(62.325)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	67.977	67.977	43.413	43.413
3.06.03.01.01	Variações Monetárias e Cambiais	26.284	26.284	6.088	6.088
3.06.03.01.02	Ganho com Operações de "Hedge"	4.764	4.764	14.362	14.362
3.06.03.01.03	Juros e Outras Receitas Financeiras	36.929	36.929	22.963	22.963
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(150.887)	(150.887)	(105.738)	(105.738)
3.06.03.02.01	Juros s/ Emprést, Financ. e Debêntures	(110.845)	(110.845)	(48.439)	(48.439)
3.06.03.02.02	Variação Monetária s/Obrig.P.Concedente	0	0	0	0
3.06.03.02.03	Variações Monetárias e Cambiais	(7.158)	(7.158)	(32.182)	(32.182)
3.06.03.02.04	Perda com Operações de "Hedge"	(18.567)	(18.567)	(18.285)	(18.285)
3.06.03.02.05	Taxa, Comissões e Outras Desp. Financ.	(14.317)	(14.317)	(6.832)	(6.832)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	1.082	1.082	613	613
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(10.126)	(10.126)	(5.634)	(5.634)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	262.745	262.745	252.418	252.418
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	262.745	262.745	252.418	252.418
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(102.723)	(102.723)	(87.203)	(87.203)
3.11	IR Diferido	(2.444)	(2.444)	(504)	(504)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(1.637)	(1.637)	(2.534)	(2.534)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	155.941	155.941	162.177	162.177
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	403.101.800	403.101.800	403.101.800	403.101.800
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,38685	0,38685	0,40232	0,40232
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	92.117	92.117	339.047	339.047
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	376.460	376.460	337.503	337.503
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	155.941	155.941	162.177	162.177
4.01.01.02	Imposto de renda e contrib. social difer	2.444	2.444	451	451
4.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	9.938	9.938	2.007	2.007
4.01.01.04	Depreciação e amortização	90.304	90.304	80.908	80.908
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.340	1.340	715	715
4.01.01.06	Amortização do ágio	8.902	8.902	4.400	4.400
4.01.01.07	Variação cambial s/emprest.e financtos.	(13.137)	(13.137)	7.396	7.396
4.01.01.08	Variação monet.obrig.c/ poder concedente	(46)	(46)	0	0
4.01.01.09	Juros e VM s/debêntures, empres e financ	101.781	101.781	66.562	66.562
4.01.01.10	Resultado de operação de hedge	13.803	13.803	3.924	3.924
4.01.01.11	Constit. e juros s/contingências fiscais	170	170	224	224
4.01.01.12	Provisão para devedores duvidosos	2.667	2.667	5.029	5.029
4.01.01.13	Juros sobre impostos parcelados	716	716	597	597
4.01.01.14	Participação dos minoritários	1.637	1.637	2.512	2.512
4.01.01.15	Provisão para Perda em Investimentos	0	0	601	601
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(284.343)	(284.343)	1.544	1.544
4.01.02.01	Contas a receber	1.215	1.215	(8.171)	(8.171)
4.01.02.02	Partes relacionadas	3.357	3.357	8.255	8.255
4.01.02.03	Impostos a recuperar	(62.489)	(62.489)	(46.608)	(46.608)
4.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	(264.008)	(264.008)	(20.733)	(20.733)
4.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	(3.880)	(3.880)	(8.947)	(8.947)
4.01.02.06	Fornecedores	(38.694)	(38.694)	(12.924)	(12.924)
4.01.02.07	Partes relacionadas	(6.177)	(6.177)	(5.323)	(5.323)
4.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	23.167	23.167	18.962	18.962
4.01.02.09	Imp. e contr.a recolher IR CS	67.330	67.330	67.048	67.048

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/03/2009	4 -01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008
4.01.02.10	Contingências	(1.084)	(1.084)	(767)	(767)
4.01.02.11	Obrigações com o poder concedente	(558)	(558)	0	0
4.01.02.12	Outras contas a pagar	(2.522)	(2.522)	10.752	10.752
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(168.858)	(168.858)	(134.362)	(134.362)
4.02.01	Aquisição de investimentos	483	483	0	0
4.02.02	Adto para aquisição de investimentos	(10.268)	(10.268)	(30.242)	(30.242)
4.02.03	Aquisição ativo imob. e intangível	(159.073)	(159.073)	(89.737)	(89.737)
4.02.04	Adto para aquisição de ativo imobilizado	0	0	(12.870)	(12.870)
4.02.05	Constituição de ativo diferido	0	0	(1.513)	(1.513)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	110.798	110.798	(149.895)	(149.895)
4.03.01	Resgates / Aplicações de conta reserva	(11.668)	(11.668)	(52.481)	(52.481)
4.03.02	Liquidação de operações de hedge	(2.034)	(2.034)	0	0
4.03.03	Empr.,finan. e debêntures - Captações	291.910	291.910	0	0
4.03.04	Empr.,finan. e debêntures - Pagamentos	(169.840)	(169.840)	(98.315)	(98.315)
4.03.05	Empr.,finan. e debênt. - Custo transação	2.430	2.430	901	901
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	34.057	34.057	54.790	54.790
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.037.871	1.037.871	780.377	780.377
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.071.928	1.071.928	835.167	835.167

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	155.941	0	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	791.761	0	0	789.265	0	(2.499)	1.578.527
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	155.941	0	155.941
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(113)	(113)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	791.761	0	0	789.265	155.941	(2.612)	1.734.355

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice

Nota	Descrição	Página
1	Contexto operacional	25
2	Apresentação das informações trimestrais	29
3	Resumo das principais práticas contábeis	29
4	Demonstrações financeiras consolidadas	36
5	Caixa e equivalentes de caixa	39
6	Contas a receber	39
7	Impostos a recuperar	40
8	Imposto de renda e contribuição social	41
9	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	45
10	Outros créditos	47
11	Partes relacionadas	47
12	Investimentos	50
13	Imobilizado	56
14	Intangível	59
15	Financiamentos e empréstimos	62
16	Debêntures	74
17	Plano de incentivo de longo prazo	80
18	Impostos e contribuições a recolher	83
19	Outras contas a pagar	84
20	Provisão para contingências – consolidado	85
21	Arrendamento mercantil	86
22	Patrimônio líquido	86
23	Instrumentos financeiros	87
24	Cobertura de seguros	98
25	Compromissos vinculados a contratos de concessão	98
26	Eventos Subsequentes	102
27	Demonstração do Valor Adicionado	103

1 Contexto operacional

A Companhia de Concessões Rodoviárias (Companhia) tem como objeto social participar em empresas que possuam concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados à operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis e infra-estruturas metroviárias.

As empresas que compõem o Grupo CCR são:

- Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NovaDutra)
- Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. (AutoBAn)
- Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. (ViaLagos)
- Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte)
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (RodoNorte)
- Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste)
- Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro)
- Companhia de Participações em Concessões (CPC)
- Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel)
- Parques Serviços Ltda. (Parques)
- Actua Serviços Compartilhados Ltda. (Actua Serviços)
- Actua Assessoria Ltda. (Actua Assessoria)
- Engelog Centro de Engenharia Ltda. (EngeLog)
- Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP)
- CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura (CPCI)
- CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos (CPCSP)
- Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V. (CCR México)
- CCR – USA, LLC. (CCR Estados Unidos)

As seguintes concessões são administradas por algumas das controladas e controladas em conjunto, conforme abaixo:

- Até 28 de fevereiro de 2021, Rodovia BR-116/RJ/SP, que liga as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (Rodovia Presidente Dutra) e respectivas rodovias de acesso, totalizando 402,2 km (NovaDutra);
- Até 31 de dezembro de 2026, Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, São Paulo - Limeira, totalizando 316,8 km (AutoBAn);

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Até 12 de janeiro de 2022, ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; e 4 km da RJ-106 do km 105 ao 109, totalizando 60,0 km (ViaLagos);

- Até 31 de maio de 2015, Ponte Presidente Costa e Silva (Rio - Niterói), totalizando 23,3 km (Ponte);

- Até 21 de novembro de 2021, Rodovia BR-376, Apucarana - São Luís do Purunã; Rodovia BR-277, São Luís do Purunã - Curitiba; PR-151, trecho Jaguariaíva - Ponta Grossa; e seus entroncamentos, totalizando 487,5 km (RodoNorte);

- Até 31 de dezembro de 2022, SP-280 Rodovia Castello Branco, SP-270 Rodovia Raposo Tavares, SP-075 Rodovia Senador José Ermírio de Moraes e SP-091 Rodovia Dr. Celso Charuri, totalizando 162 km (ViaOeste);

- Até 29 de novembro de 2038, podendo ser prorrogado até 29 de novembro de 2041, para garantir 30 anos de exploração econômica, Linha Quatro – Amarela do Metrô de São Paulo, da estação Luz até Taboão da Serra (ViaQuatro). A Controlada em conjunto encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de início das operações no primeiro semestre de 2010.

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Escafandro Participações S.A. com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

  A controlada Escafandro, em 29 de janeiro de 2008, firmou compromisso de compra e venda, irrevogável e irretratável, com as empresas Encalso Construções Ltda. e Senpar Ltda., para aquisição de 40% do capital da Renovias Concessionária S.A. Em 07 de março de 2008, a Companhia e a sua controlada Escafandro firmaram Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas. O valor acordado desta transação, sujeito a ajustes previstos em contrato, era de R$ 265.000, tendo sido adiantados R$ 30.000, em 11 de março de 2008. A liquidação financeira do saldo remanescente estava sujeita à aprovação dos financiadores.

  Em 03 de junho de 2008 foram finalizadas as etapas previstas no compromisso de compra e venda e no Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, passando a Escafandro a deter 40% das ações ordinárias e preferenciais da Renovias.

  A Renovias é uma concessionária de serviços públicos de rodovias que tem por objetivo administrar e operar a malha viária correspondente ao Lote 11 do Programa de Concessões de Rodovias do Estado de São Paulo, o qual abrange cinco rodovias (SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350) na região nordeste do Estado de São Paulo, na ligação entre Campinas, Circuito das Águas Paulistas e Sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 km. A concessão tem prazo de 24 anos e 2 meses, encerrando-se em 31 de maio de 2022.

  Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de outubro de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Escafandro Participações S.A. para Companhia de Participações em Concessões (CPC).

  Em 9 de fevereiro de 2009, a controlada CPC, juntamente com a Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. firmou Contrato de Compra e Venda de Ações sob Condições Suspensivas, com os atuais acionistas da Controlar S.A., para aquisição de 45% do capital desta

pela CPC e 10% pela Brisa. O valor acordado dessa transação, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R$ 121.014, tendo sido adiantados R$ 10.268 em 16 de fevereiro de 2009.

A Controlar é uma concessionária de serviços públicos municipais que detém, até 2018, a concessão para implantação e execução do Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso no Município de São Paulo – SP, conforme Termo de Concessão de Serviços nº 34/SVMA/95, de 04/01/96, celebrado entre a Controlar e o Município de São Paulo.

- Em 08 de janeiro de 2008 foi constituída a controlada Aldanati Participações S.A., com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Assessoria Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

  Em 11 de março de 2008, o Consórcio Integração Oeste, com participação de 95% da Companhia e 5% da Encalso Construções Ltda., obteve a melhor classificação dentre as propostas de menor tarifa de pedágio apresentadas no processo licitatório de concessão onerosa do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste. O leilão foi promovido pela ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

  Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2008, foi alterado o Estatuto Social da controlada, modificando sua razão social de Aldanati Participações S.A. para Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (RodoAnel) e foi aprovado aumento de capital de R$ 1 para R$ 46.518, com a emissão de 46.517.000 ações, sendo 23.258.500 ações ordinárias e 23.258.500 ações preferenciais. Estas ações foram subscritas na proporção de 95% pela Companhia e de 5% pela Encalso Construções Ltda., sendo que a participação da Actua Assessoria Ltda. foi cedida para a Encalso Construções Ltda.

  Em 07 de maio de 2008, o Conselho Diretor da ARTESP homologou a decisão da Comissão de Processamento e Julgamento das Propostas, declarando vencedora a proposta comercial apresentada pelo Consórcio Integração Oeste (Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.).

  Em 01 de junho de 2008, a Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. iniciou o Contrato de Concessão para a exploração, mediante concessão onerosa, do Rodoanel Mário Covas – Trecho Oeste, interligação entre os corredores de acessos à metrópole de São Paulo (SP-348; SP-330; SP-280; SP-270 e BR-116), totalizando 32 km, pelo prazo de 30 anos.

  A concessionária será responsável pela execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho Oeste do Rodoanel.

  A concessionária iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

As concessões em atividade consistem na exploração de rodovias e ponte mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. As concessionárias são responsáveis por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias e a ponte. Como parte das concessões, os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade dessas zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias e da ponte.

Os contratos de concessão não incluem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos e ViaQuatro. A extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio

econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

No final dos contratos de concessão das rodovias, ponte e metrô, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. As concessionárias terão direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados, e cuja implantação tenha sido autorizada pelo Poder Concedente.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas. As fórmulas de reajuste das tarifas básicas são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

A Companhia detém participação minoritária (10%) do capital da empresa Northwest Parkway LLC, a qual detém o contrato de concessão para operação e manutenção da Northwest Parkway Public Highway, situada na cidade de Denver, no estado do Colorado, Estados Unidos da América. A rodovia tem extensão aproximada de 18 km, sendo 14 km em operação e 4 km a serem construídos para integrar o anel viário da cidade de Denver. O prazo dessa concessão é de 99 anos e as operações foram assumidas em novembro de 2007. O acionista controlador é a Brisa – Autoestradas de Portugal S.A., com 90% de participação no capital social.

Além das concessões a Companhia possui participação nas seguintes empresas:

- Controladas Actua Serviços Compartilhados Ltda., Actua Assessoria Ltda., Engelog Centro de Engenharia Ltda. e Parques Serviços Ltda. que têm por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da Companhia.
- Controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. e suas controladas Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. e Sociedade de Gestão de Meios de Pagamento Ltda. têm por objetivo a operação de serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamentos. Atualmente presta serviços nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.
- Em 6 de junho de 2006, foi constituída a Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V., cujo objetivo principal é explorar, em território mexicano, os mercados de concessões rodoviárias e de infra-estrutura de trens subterrâneos (metrô).
- Em 21 de junho de 2007, foi constituída a CCR – USA, LLC, cujo objetivo principal é prospectar negócios de concessão nos Estados Unidos da América. No momento, a CCR – USA, LLC detém investimento de 10% na Northwest Parkway LLC.
- Em 19 de dezembro de 2008 foram constituídas as controladas CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura e CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos, ambas com participação de 99% da Companhia e de 1% de sua controlada Actua Serviços Compartilhados Ltda., com o objetivo de participação no capital de outras sociedades.

2 Apresentação das informações trimestrais

a. Apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os ajustes relativos à adoção da Lei nº. 11.638/07 e a Medida Provisória nº. 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº. 3.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Adoção da Lei nº. 11.638/07

Na elaboração das informações trimestrais individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela lei nº. 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas a Companhia seguiu as orientações da Deliberação CVM 506 de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as informações trimestrais de 2008.

Reclassificações no resultado

Controladora

O saldo de resultado não operacional no valor de R$ 2 foi reclassificado para outras despesas operacionais.

Consolidado

Os saldos de R$ 613 e R$ 374, respectivamente receitas e despesas, no grupo de resultado não operacional foram reclassificados para outras receitas operacionais e outras despesas operacionais.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória Nº. 449/08

Apresentamos a conciliação do resultado de 31 de março de 2008 considerando os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não fossem adotadas.

Demonstração dos efeitos no resultado em 31 de março de 2008 decorrentes da Adoção da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08

	31/03/08
Lucro líquido do trimestre sem os efeitos da Lei nº. 11.638/07	**167.207**
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção da Lei nº.11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08	
Apropriação dos custos de transação na emissão de títulos	(213)
Ajustes acumulados de conversão	242
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado – swap	(8.906)
Reversão de provisão para pagamentos baseados em ações	748
IR e CSLL diferidos sobre os efeitos da adoção da Lei nº. 11.638/07	3.099
Lucro líquido do trimestre	**162.177**

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08, foram lançados nas contas de resultado. Os referidos ajustes foram contabilizados em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e da ponte e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, intangível e diferido, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para devedores duvidosos, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados aos benefícios a empregados. A

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam as estimativas e as premissas trimestralmente.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros podem ser classificados em:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos e passivos que são mantidos para negociação ou que são derivativos (exceto instrumento de hedge definido como efetivo) ou que no reconhecimento inicial tenham sidos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado;

- Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento e que não estão classificados como mensurado ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou como empréstimos e recebíveis;

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determináveis, que não sejam cotados em mercado ativo, como também, não estejam classificados como mantidos para negociação ou que tenham sidos classificados inicialmente como mensurados ao valor justo por meio do resultado; e

- Mantidos para negociação: estão disponíveis para venda e não são classificados nas outras categorias.

Os instrumentos financeiros são divididos entre derivativos e não derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e são contabilizados no resultado do exercício. Incluem contratos de swap feitos com a finalidade de hedge.

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem caixa e equivalentes de caixa, conta reserva, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Estão registrados pelo seu valor justo quando mantidos para negociação ou por meio do custo amortizado apurado pelo método da taxa efetiva de juros, deduzidos dos custos da transação ou de provisão para perdas, quando aplicável.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros foram apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar até a liquidação dessa transação.

Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as orientações do CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº. 534.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulado de conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, no total ou parcialmente.

As informações trimestrais das controladas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e posteriormente convertidas para a moeda funcional local, pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

As contas a receber de clientes referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônico e acessórias, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

As informações sobre os investimentos estão divulgadas na nota explicativa nº.12.

Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas. As principais melhorias são capitalizadas e os gastos com manutenção e reparos, quando incorridos, são debitados no resultado. Os custos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não finalizados, são contabilizados como imobilizações em andamento. A depreciação é computada pelo método linear às taxas consideradas compatíveis com a vida útil e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº.13.

Ativos intangíveis

Os direitos de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

Os ágios gerados na aquisição e aumento das participações em investidas com vida útil definida e fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, são amortizados linearmente até o limite do prazo da concessão / contrato. Os ágios gerados na aquisição ou aumento de participações em negócios que não tenham vida útil definida não são amortizados.

As taxas de amortização do intangível estão divulgadas na nota explicativa nº.14.

Gastos Pré-operacionais

Os gastos pré-operacionais são reconhecidos no resultado quando incorridos, exceto para aqueles que se qualificam como composição do custo dos ativos, a exemplo de custos de pessoal diretamente vinculado ao processo de aquisição e preparação dos ativos para funcionamento, bem como os juros de empréstimos relacionados à aquisição dos ativos e enquanto estes estiverem em construção.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Arrendamento mercantil operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº. 21.

Ativo Diferido

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos são amortizados linearmente pelo prazo máximo de dez anos.

A Controlada RodoAnel e a Controlada em conjunto ViaQuatro optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa contra o resultado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os seus valores de recuperação testados anualmente.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Pagamentos baseados em ações

Os efeitos de pagamentos baseados em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados à medida que as condições contratuais sejam atendidas.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a

30% do lucro real.

Para as empresas tributadas no regime de lucro presumido, as alíquotas são as mesmas citadas acima, porém a base de cálculo é de 32% sobre a receita operacional bruta, acrescida das receitas financeiras.

A Companhia considerou a adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. A opção definitiva e irretratável se dará por ocasião da entrega da declaração de rendas, até junho de 2009.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

Direito de concessão

A Companhia segue a prática contábil de não ativar o direito de outorga, tratando-o como uma espécie de arrendamento operacional (aluguel), não reconhecendo o passivo relativo às obrigações futuras de pagamentos de direito de outorga ao Poder Concedente, conforme divulgado nas notas explicativas nº. 9 e nº. 26. Essa prática, assim como a contabilização de todos os eventos contábeis relacionados, está sob a égide de decisão de Colegiado da CVM, ocorrida em novembro de 2002. As divulgações requeridas pelo Comunicado Técnico nº. 03/03 do IBRACON, referendado pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº. 01/2007, encontram-se descritas na nota explicativa nº. 26. A Companhia adotará norma específica relativa a contratos de concessão, quando emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologada pela Comissão de Valores Mobiliários.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a seguir relacionadas:

	Porcentagem de participação	
	31/03/09	31/12/08
• **Controladas**		
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.	100,00	100,00
Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.	100,00	100,00
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A.	100,00	100,00
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A.	85,92	85,92
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.	100,00	100,00
Companhia de Participações em Concessões (*)	99,00	99,00
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.	95,00	95,00
Parques Serviços Ltda.	85,92	85,92
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	99,90	99,90
Actua Assessoria Ltda.	99,90	99,90
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	99,90	99,90
CPCI – Companhia de Participações em Concessões de Infra-Estrutura	99,00	99,00
CPCSP – Companhia de Participações em Concessões de Serviços Públicos	99,00	99,00
Companhia de Concessões Rodoviárias México S. de R.L de C.V.	100,00	100,00
CCR – USA, LLC	100,00	100,00

(*) Detém 40% da Renovias Concessionária S.A.

• **Controladas em conjunto**		
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	58,00	58,00
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.	38,25	38,25

O Consórcio Operador Parques foi considerado como uma extensão das atividades da investidora e está sendo apresentado na proporção de 84,20% de seus ativos, passivos e resultados integrados às informações trimestrais individuais da Companhia de Concessões Rodoviárias (controladora).

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

b. Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;

e. As participações dos minoritários da Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A., da Parques Serviços Ltda. e da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., no patrimônio líquido e no resultado, foram destacadas e registradas na rubrica "Participação de acionistas não controladores";

f. A prática contábil adotada pela Companhia é de não reconhecer no ativo intangível e no passivo o direito de outorga, como descrito na nota explicativa 3.2 - Direito de concessão. Por esse motivo, as informações trimestrais da controlada em conjunto Renovias, para fins de consolidação, foram ajustadas para considerar esta prática contábil;

g. A Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A. (ViaQuatro), a Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) e a Renovias Concessionária S.A. (Renovias), controladas em conjunto, são avaliadas por equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas proporcionalmente nas informações trimestrais consolidadas.

O montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto STP, ViaQuatro e Renovias, bem como o percentual de participação em cada uma delas, estão a seguir demonstrados:

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/09						31/12/08					
	STP		ViaQuatro		Renovias		STP		ViaQuatro		Renovias	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%
Ativo circulante	251.783	96.307	92.636	53.729	26.742	10.697	282.615	108.100	104.658	60.702	31.993	12.797
Ativo não circulante	52.217	19.973	169.160	98.112	311.027	124.411	47.916	18.328	163.881	95.051	305.768	122.307
Realizável a Longo Prazo	-	-	2.023	1.173	18.222	7.289	-	-	-	-	14.750	5.900
Imobilizado	48.112	18.403	123.085	71.389	292.440	116.976	44.175	16.897	119.826	69.499	290.736	116.294
Intangível	4.105	1.570	37	21	365	146	3.741	1.431	40	23	282	113
Diferido	-	-	44.015	25.529	-	-	-	-	44.015	25.529	-	-
Total do ativo	304.000	116.280	261.796	151.841	337.769	135.108	330.531	126.428	268.539	155.753	337.761	135.104
Passivo circulante	257.746	98.588	4.782	2.774	51.726	20.691	292.646	111.937	5.600	3.248	55.913	22.365
Passivo não circulante	249	95	214.733	124.544	98.101	39.240	215	82	216.905	125.805	104.479	41.791
Patrimônio líquido	46.005	17.597	42.281	24.523	187.942	75.177	37.670	14.409	46.034	26.700	177.369	70.948
Total do passivo e patrimônio líquido	304.000	116.280	261.796	151.841	337.769	135.108	330.531	126.428	268.539	155.753	337.761	135.104

	31/03/09						31/03/08					
	STP		ViaQuatro		Renovias		STP		ViaQuatro		Renovias	
	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%	100%	38,25%	100%	58%	100%	40%
Receita operacional líquida	43.576	16.669	-	-	46.431	18.572	25.511	9.758	-	-	-	-
Custos dos serviços prestados	(15.208)	(5.817)	(292)	(169)	(26.679)	(10.672)	(7.741)	(2.961)	-	-	-	-
Lucro bruto	28.368	10.852	(292)	(169)	19.752	7.900	17.770	6.797	-	-	-	-
Despesas (Receitas) operacionais	(16.079)	(6.150)	(3.164)	(1.835)	348	139	(6.520)	(2.494)	-	-	-	-
Resultado operacional	12.289	4.702	(3.456)	(2.004)	20.100	8.039	11.250	4.303	-	-	-	-
Receitas financeiras líquidas	1.336	511	(3.024)	(1.754)	(1.801)	(720)	1.085	415	-	-	-	-
Resultado antes do IR e CS	13.625	5.213	(6.480)	(3.758)	18.299	7.319	12.335	4.718	-	-	-	-
IR e CS corrente e diferido	(5.287)	(2.022)	2.726	1.581	(7.726)	(3.090)	(4.455)	(1.704)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	8.338	3.190	(3.754)	(2.177)	10.573	4.229	7.880	3.014	-	-	-	-

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Caixa e bancos	157	656	28.481	40.015
Aplicações financeiras	723.922	774.477	1.043.447	997.856
	724.079	775.133	1.071.928	1.037.871

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 100% do CDI, equivalente a 12,75% ao ano (12,21% ao ano em 31 de dezembro de 2008).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos	582.719	636.692	852.964	802.491
CDBs pós-fixados	141.203	137.785	188.763	193.698
Debêntures	-	-	1.705	1.663
Títulos de capitalização	-	-	15	4
Total	723.922	774.477	1.043.447	997.856

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
Pedágio eletrônico – STP (a)	-	-	101.329	97.408
Receitas acessórias (c)	-	-	6.525	12.194
Pedágio eletrônico – outros (b)	-	-	7.457	6.925
Outros	-	82	783	782
	-	82	116.094	117.309
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(16.064)	(13.397)
	-	82	100.030	103.912

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não circulante				
Poder Concedente - ViaOeste (e)	-	-	24.292	24.292
Receitas acessórias (c)	-	-	2.118	2.118
Provisão para devedores duvidosos -ViaOeste (e)	-	-	(24.292)	(24.292)
Provisão para devedores duvidosos (d)	-	-	(2.118)	(2.118)
	-	-	-	-

(a) Referem-se aos créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de TAG´s e estacionamentos da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A.

(b) Referem-se aos créditos a receber decorrentes, basicamente de operações com cartões de crédito e vale-pedágio.

(c) Referem-se aos créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão.

(d) Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) – É constituída provisão para devedores duvidosos para títulos vencidos há mais de 90 dias.

(e) Refere-se ao saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção de Regime Especial Transitório conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo nº. 3 para o período de agosto de 2002 a abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Mário Covas.

Este valor está em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho da causa provavelmente será favorável à controlada. Mesmo com base nesse entendimento, por ser um ativo cuja realização ainda não é praticamente certa, foi totalmente provisionado.

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	**31/12/08**	**31/03/09**	**31/12/08**
Circulante				
Imposto de renda retido na fonte	8.743	13.364	11.642	15.858
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	750	69.769	15.757
COFINS	6.010	5.958	6.567	6.391
ISS de pedágio	-	-	5.049	5.048
PIS	1.305	1.292	1.621	1.577
CSLL	680	1.072	863	1.224
Outros	5	5	470	473
	16.743	22.441	95.981	46.328

Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (anos anteriores)	59.171	46.333	59.169	46.333

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se ocorrerem fatores relevantes que modifiquem estas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado	
	31/03/09	**31/12/08**
Ativo circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	1.651	4.725
Base negativa de contribuição social	1.024	2.151
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	633	27
Perdas com operação de swap	50	260
Provisão para participação nos resultados (PLR)	6.226	5.712
Provisão para comissão sobre empréstimos	2.749	4.070
Provisão para devedores duvidosos	2.420	1.734
Provisão para despesas com taxa de manutenção de TAG´S	1.084	540
Provisão para contingências	11	414
Provisão para perda de investimentos	123	123
	15.971	19.756
Ativo não circulante		
Prejuízos fiscais a compensar	8.809	8.111
Base negativa de contribuição social	3.171	2.920
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	871	807
Provisão para devedores duvidosos	8.975	8.901
Provisão para contingências	1.987	1.967
Ajuste de prática contábil para consolidação Renovias	777	777
Provisão para perda de investimentos	326	325
Provisão para participação nos resultados (PLR)	5	4
	24.921	23.812

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Passivo circulante		
Variação Cambial	503	521
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	-	278
Ganhos com operação de swap	5.946	5.931
	6.449	6.730
Passivo não circulante		
Variacão cambial	4.024	-
Ajuste de prática contábil consolidação Renovias	20.569	20.625
Diferenças temporárias decorrentes da adoção inicial da lei nº.11.638/07 e MP nº.449/08	719	700
Ganhos com operação de swap	6.786	10.724
	32.098	32.049

O imposto de renda e contribuição social diferidos por Companhia estão representados por:

	31/03/09	31/12/08
Ativo		
ViaLagos (1)	11.487	12.500
ViaLagos (2)	64	50
ViaOeste (2)	10.234	9.851
AutoBAn (2)	6.933	7.894
RodoNorte (1)	1.994	5.407
RodoNorte (2)	1.114	1.308
NovaDutra (2)	2.202	2.084
EngeLog(2)	1.952	1.633
STP (2)	1.383	955
CPC (2)	777	777
Ponte (2)	555	452
Parques (2)	397	397
ViaQuatro (1)	1.173	-
ViaQuatro (5)	627	260
	40.892	43.568
Passivo		
CPC (4)	20.569	20.625
ViaLagos (5)	11.529	11.423
Ponte (5)	6.008	6.168
RodoNorte (3)	441	521
ViaQuatro (5)	-	42
	38.547	38.779

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) De acordo com a Instrução CVM nº. 371 de junho de 2002, as controladas RodoNorte e ViaLagos e a controlada em conjunto ViaQuatro registraram ativos fiscais diferidos sobre a parcela realizável dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, suportada por projeções de lucros aprovadas pelos respectivos órgãos da Administração.

(2) Ativo fiscal diferido constituído sobre diferenças temporárias.

(3) A Controlada RodoNorte optou por utilizar o facultado pela legislação fiscal no que tange ao diferimento da variação cambial, que permite que a apuração e recolhimento dos tributos de natureza federal sejam considerados somente no momento de sua realização. Os valores registrados contabilmente, pelo regime de competência, são adicionados ou excluídos para fins fiscais quando da apuração e pagamento dos tributos.

(4) O imposto de renda e contribuição social diferidos decorrem dos ajustes de prática contábil, conforme nota explicativa nº.4f.

(5) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença temporária sobre os resultados de operações de swap e variações cambiais, às quais estão sendo diferidas conforme facultado pela legislação fiscal, ou seja, estão sendo consideradas somente no momento de sua realização.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As controladas ViaLagos e RodoNorte e a controlada em conjunto ViaQuatro estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, descrito no item 1, nos seguintes exercícios:

2009	2.450
2010	4.156
2011	1.774
2012	1.813
2013	3.288
Após 2013	1.173
	14.654

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/09		31/03/08		31/03/09		31/03/08	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Regime fiscal de lucro real								
Lucro antes da tributação/participação	155.941	155.941	162.177	162.177	262.745	262.745	252.418	252.418
Lucro das controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	-	-	(9.160)	(9.160)	(8.297)	(8.297)
Participação dos minoritários	-	-	-	-	(1.637)	(1.637)	(2.534)	(2.534)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	155.941	155.941	162.177	162.177	251.948	251.948	241.587	241.587
Ajuste referente ao método de equivalência patrimonial (MEP)	(166.318)	(166.318)	(166.999)	(166.999)	-	-	-	-
Lucro / (prejuízo) antes do IRPJ, CSLL e MEP	(10.377)	(10.377)	(4.822)	(4.822)	251.948	251.948	241.587	241.587
Ajustes para o cálculo dos impostos								
Adições	5.033	5.033	4.873	4.873	43.819	43.819	33.202	33.202
Exclusões	(770)	(770)	-	-	(35.666)	(34.916)	(17.451)	(17.451)
Base de cálculo dos impostos	(6.114)	(6.114)	51	51	260.101	260.851	257.338	257.338
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	(13.507)	(13.732)	(8.395)	(8.395)
Lucro real / (prejuízo) a compensar	(6.114)	(6.114)	51	51	246.594	247.119	248.943	248.943
Impostos correntes	-	-	-	-	73.894	26.693	62.691	22.605
Regime fiscal de lucro presumido								
Receita bruta	-	-	-	-	19.355	19.355	17.021	17.021
Receita financeira	-	-	-	-	151	151	73	73
Base de cálculo (32% da receita bruta + receita financeira)	-	-	-	-	6.345	6.345	5.520	5.520
Impostos correntes	-	-	-	-	1.567	569	1.398	509
Total de impostos correntes	-	-	-	-	75.461	27.262	64.089	23.114
Diferenças temporárias	-	-	-	-	(2.716)	(3.456)	(7.162)	(7.171)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	-	13.507	13.732	10.016	10.016
Constituição de ativo fiscal diferido	-	-	-	-	(3.450)	(3.450)	(33)	(33)
Base de cálculo de impostos diferidos	-	-	-	-	7.341	6.826	2.821	2.812
Impostos diferidos	-	-	-	-	1.832	612	372	132
Total de impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	77.293	27.874	64.461	23.246
Alíquota efetiva	-	-	-	-	29%	11%	25%	9%

c. Passivo não circulante consolidado

A partir de 1º de julho de 2006, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Correntes das controladas AutoBAn e ViaOeste são pagos considerando-se diretamente no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) as deduções fiscais relativas à amortização do direito de outorga e às respectivas variações monetárias, decorrentes das obrigações junto ao Poder Concedente. Desde a implantação desse procedimento, as diferenças temporárias de impostos, geradas pela diferença entre o lucro contábil e o lucro real (fiscal), são registradas no passivo não circulante.

Atualmente a controlada AutoBAn discute este procedimento junto ao Conselho de Contribuintes, em virtude de questionamento das autoridades fiscais. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a causa tem boas perspectivas de êxito.

	31/03/09	31/12/08
AutoBAn	271.366	266.488
ViaOeste	39.128	41.968
	310.494	308.456

9 Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Consolidado	
	31/03/09	31/12/08
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	42.458	34.360
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão – início da concessão (1)	1.070.807	851.297
Despesa antecipada de outorga fixa – extensão do prazo da concessão (2)	218.505	192.043
	1.289.312	1.043.340

(1) Outorga da concessão

(1.1) Durante o primeiro ano da concessão, a controlada AutoBAn efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente, basicamente relacionados às obrigações decorrentes de contratos sub-rogados e obrigações relacionadas à outorga, sendo esses valores registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados relativos à concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R$ 4.727 no circulante e de R$ 79.176 no não circulante (R$ 4.727 e R$ 80.358 em 31 de dezembro de 2008).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 28 anos e 8 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2026.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1.2) Durante o primeiro ano da concessão a controlada ViaOeste efetuou pagamentos antecipados ao Poder Concedente relacionados à outorga da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R$ 3.297 no circulante e de R$ 42.037 no não circulante (R$ 3.297 e R$ 42.860 em 31 de dezembro de 2008).

Em razão da mudança no prazo de concessão, prorrogado de 20 para 24 anos e 9 meses, o saldo de pagamentos antecipados da Outorga da Concessão, existente em 31 de dezembro de 2006, passou a ser apropriado daquela data até o novo prazo final de concessão, em 31 de dezembro de 2022.

(1.3) A controlada ViaLagos efetuou, em 30 de novembro de 2005, o pagamento antecipado da outorga referente às parcelas a incorrer a partir da data mencionada até o final da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R$ 1.177 no circulante e de R$ 12.851 no não circulante (R$ 1.177 e R$ 13.146 em 31 de dezembro de 2008).

(1.4) A controlada RodoAnel efetuou pagamentos relativos à outorga, os quais serão apropriados ao resultado pelo prazo remanescente da concessão. O saldo remanescente em 31 de março de 2009 era de R$ 33.257 no circulante e de R$ 936.743 no não circulante (R$ 25.159 e R$ 714.933 em 31 de dezembro de 2008).

(2) A mudança do prazo de concessão, mencionada no contexto operacional, não impactou no valor dos pagamentos mensais de outorga fixa, descritos na nota explicativa nº. 26. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa reconhecido no resultado ao novo prazo de concessão, as controladas ViaOeste, AutoBAn e a controlada em conjunto Renovias passaram a tratar parte do valor pago mensalmente ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado no período correspondente ao aumento do prazo de concessão, para que assim o custo de outorga fixa seja reconhecido de forma linear no resultado durante o prazo remanescente da concessão, da seguinte forma:

- de abril de 2018 até dezembro de 2022 – ViaOeste;
- de maio de 2018 até dezembro de 2026 – AutoBAn;
- de abril de 2018 até maio de 2022 – Renovias.

O valor reduzido do custo referente ao pagamento de outorga fixa e reconhecido como despesa paga antecipadamente no período findo em 31 de março de 2009, foi R$ 218.505 (R$ 192.043 em 31 de dezembro de 2008), sendo, R$ 26.777 (R$ 23.530 em 31 de dezembro de 2008) na ViaOeste, R$ 187.149 (R$ 164.489 em 31 de dezembro de 2008)na AutoBAn e R$ 4.579 (R$ 4.024 em 31 de dezembro de 2008) na Renovias.

10 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
Adiantamentos a terceiros	1.412	1.291	13.789	6.658
Adiantamentos de pessoal	342	136	1.440	1.039
Outros	501	501	1.071	1.533
	2.255	1.928	16.300	9.230
Não Circulante				
Outros	-	-	-	36
	-	-	-	36

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições de mercado, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, entidades controladas em conjunto, controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a. Controladora

	Transações		Saldos			
			Ativo		Passivo	
	Despesas	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas						
Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A. (a)	-	-	10.216	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	301	-	-	-	112	-
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A.	-	-	2	-	-	-
Concessionária da Rodovia Anhanguera-Bandeirantes S.A.	-	-	14	-	2	-
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.	-	-	52	1.724	41	-
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (b)	-	-	-	331.284	22	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (b)	-	-	23.750	-	-	-
Companhia de Participações em Concessões (b)	-	-	-	-	3.724	-
Parques Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	2.512	-
Engelog Centro de Engenharia Ltda.	244	-	-	-	63	-
Consórcio Operador Parques (a)	-	16.924	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	268	-	18	-	84	-
Controladoras						
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (e)	-	-	-	-	12	720
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (e)	-	-	-	-	-	720
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng. (e)	-	-	-	-	-	476
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	40	-	-	-
Outras partes relacionadas						
Benito Roggio Transporte Ltda. (c)	-	-	-	578	-	-
RATP Developpment S.A. (c)	-	-	-	578	-	-
Profissionais chave						
Remuneração dos administradores	1.644	-	-	-	383	-
Plano de incentivo de longo prazo	987	-	-	-	5.957	8.717
Total, 31 de março de 2009	3.444	16.924	34.092	334.164	12.912	10.633
Total, 31 de dezembro de 2008	21.290	65.866	2.847	2.833	18.056	10.633
Total, 31 de março de 2008	3.107	16.414				

(a) Refere-se ao contas a receber e receita do Consórcio Operador Parques pela prestação de serviços de operação e manutenção na controlada RodoNorte.

(b) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pela taxa CDI com vencimentos previstos em contrato (NovaDutra – 31/08/2010, RodoAnel – 13/04/2009 e CPC 16/06/2009).

(c) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas, remunerados pela taxa IPC com vencimento em 28 de fevereiro de 2015.

(d) Refere-se ao contas a pagar do Consórcio Operador Parques para despesas de folha de pagamento.

(e) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consolidado

	Transações			Saldos			
				Ativo		Passivo	
	Serviços prestados	Imobilizado	Receitas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladoras							
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	43	-	-	-
Andrade Gutierrez Concessões S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.291	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.253	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	1.142	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (c)	-	-	-	-	-	12	-
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (h)	-	-	-	-	-	-	720
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (c)	-	16.875	-	-	-	5.337	-
Serveng-Civilsan S.A. – Empresas Associadas de Engenharia (h)	-	-	-	-	-	-	476
Controladas							
Engelog – Centro de Engenharia Ltda.	-	-	140	-	-	-	-
Actua Assessoria Ltda.	-	-	476	-	-	-	-
Actua Serviços Compartilhados Ltda.	-	-	510	-	-	-	-
Controladas em conjunto							
Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. (a)	-	-	-	70.430	-	8	-
Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.	-	-	-	100	-	80	-
Outras partes relacionadas							
COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra (b)	49.916	-	-	129	-	15.948	-
Consórcio Construtor Anhanguera (e)	-	19.736	-	-	-	10.077	-
Consórcio Operador Parques (d)	2.774	-	-	449	-	1.638	-
Consórcio Vila Velha (f)	-	12.579	-	30	-	722	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	-	87	-	144	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (c)	-	-	-	-	-	3	-
Benito Roggio Transporte Ltda. (g)	-	-	-	-	578	-	-
RATP Developpment S.A. (g)	-	-	-	-	578	-	-
Cesbe S.A. Engenharia e Equipamentos	-	-	-	-	-	97	-
J. Malucelli Construtora de Obras Ltda.	-	-	-	-	-	97	-
Profissionais chave							
Remuneração dos administradores	4.040	-	-	-	-	1.034	-
Plano de incentivo de longo prazo	987	-	-	-	-	5.957	8.717
Total, 31 de março de 2009	57.717	49.190	1.126	71.268	1.156	44.840	10.633
Total, 31 de dezembro de 2008	231.775	116.722	4.802	74.672	1.109	56.204	10.633
Total, 31 de março de 2008	51.893	11.015	3.474				

Os valores e a remuneração dos serviços prestados às concessionárias por partes relacionadas foram estabelecidos, principalmente, com base nos valores orçados, quando da preparação do plano para exploração das concessões.

(a) Refere-se aos valores de tarifa de pedágio cobrado de usuários do sistema de pedágio automático, os quais serão repassados para as controladas no período subsequente.

(b) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 49.916, refere-se ao custo de operação e manutenção da controlada NovaDutra.

(c) Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras nas rodovias.

(d) O custo de serviços prestados, no montante de R$ 2.774, refere-se ao custo para execução de manutenção de serviços de conservação e operação da controlada RodoNorte.

(e) Obras referentes ao Complexo Anhanguera na Marginal Tietê, conforme contrato de prestação de serviços firmado em 22 de fevereiro de 2008.

(f) Obras nas rodovias operadas pela controlada RodoNorte.

(g) Refere-se a contratos de mútuo entre as empresas.

(h) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital.

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/03/08	31/03/09	31/03/08
Benefícios de curto prazo (1)	1.535	1.537	3.768	3.088
Outros benefícios de curto prazo (2)	109	160	272	317
Plano de incentivo de longo prazo (3)	987	352	987	352
Total	2.631	2.049	5.027	3.757

(1) Remuneração fixa.
(2) Remuneração variável, seguro de vida e previdência privada.
(3) Plano de incentivo de longo prazo conforme detalhado na nota explicativa nº. 17.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Participações em empresas controladas e controladas em conjunto	1.638.267	1.438.006	-	-
Outros investimentos	-	-	73.599	63.927
Total	1.638.267	1.438.006	73.599	63.927

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Movimentação dos saldos

1º trimestre 2009

	NovaDutra	AutoBAn	ViaLagos	Ponte	RodoNorte	ViaOeste	CPC	RodoAnel	STP	ViaQuatro	Parques	Actua Serviços	Actua Assessoria	EngeLog	CPCI	CPCSP	CCR México	CCR USA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	235.793	422.676	15.077	35.390	153.475	257.944	271.144	(3.531)	14.409	26.700	704	(14)	10.818	(6.022)	1	1	3.644	(203)	1.438.006
Resultado de equivalência patrimonial	38.600	82.554	8.107	6.560	18.868	28.421	563	(27.961)	3.189	(2.177)	101	4.468	2.627	5.099	-	-	(432)	(2.199)	166.388
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	11.157	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.157
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(2.462)	(6.021)	-	-	-	-	-	-	-	(3.150)	(1.765)	(1.600)	-	-	-	-	(14.998)
Lucro não realizado	564	730	-	15	64	58	-	7	-	-	-	(1)	-	(1.507)	-	-	-	-	(70)
Ajustes acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133)	20	(113)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	31.485	-	-	-	-	-	4.030	-	-	-	2.382	37.897
Saldo em 31 de março de 2009	274.957	505.960	20.722	35.944	172.407	286.423	282.864	-	17.598	24.523	805	1.303	11.680	-	1	1	3.079	-	1.638.267

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Informações das investidas

	NovaDutra		AutoBAn		ViaLagos		Ponte		RodoNorte		ViaOeste		CPC	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Capital social	208.601	208.601	176.162	176.162	11.292	11.292	24.502	22.073	107.480	107.480	139.763	139.763	281.349	270.081
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	128.766	128.766	175.000	175.000	35.168	35.168	19.421	19.421	1.846.936	1.846.936	13.976.292	13.976.292	270.081	270.081
Ordinárias	64.383	64.383	175.000	175.000	17.584	17.584	9.711	9.711	615.645	615.645	6.988.146	6.988.146	135.041	135.041
Preferenciais	64.383	64.383	-	-	17.584	17.584	9.710	9.710	1.231.291	1.231.291	6.988.146	6.988.146	135.040	135.040
Quotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	274.957	235.793	505.960	422.676	20.722	15.077	35.944	35.390	200.660	178.626	286.423	257.944	285.720	273.882
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	85,92	85,92	100	100	99,00	99,00
Participação no patrimônio líquido	274.957	235.793	505.960	422.676	20.722	15.077	35.944	35.390	172.407	153.475	286.423	257.944	282.864	271.144
Resultado de equivalência patrimonial (*)	38.600	46.788	82.554	72.741	8.107	(2.283)	6.560	6.316	18.868	15.338	28.421	16.654	563	-

	RodoAnel		STP		ViaQuatro		Parques		Actua Serviços		Actua Assessoria		EngeLog	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Capital social	8.000	8.000	16.358	16.358	46.035	46.035	10	10	10	10	10	10	10	10
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	44.192	44.192	8.529	8.529	63.572	63.572	9	9	10	10	10	10	10	10
Ordinárias	22.096	22.096	8.529	8.529	31.786	31.786	-	-	-	-	-	-	-	-
Preferenciais	22.096	22.096	-	-	31.786	31.786	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	-	-	9	9	10	10	10	10	10	10
Patrimônio líquido	(33.142)	(3.717)	46.005	37.670	42.281	46.034	937	819	1.304	(14)	11.692	10.829	(4.034)	(6.028)
Participação no capital social, no final do exercício - %	95,00	95,00	38,25	38,25	58,00	58,00	85,92	85,92	99,90	99,90	99,90	99,90	99,90	99,90
Participação no patrimônio líquido	(31.485)	(3.531)	17.598	14.409	24.523	26.700	805	704	1.303	(14)	11.680	10.818	(4.030)	(6.022)
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(27.961)	-	3.189	3.014	(2.177)	-	101	88	4.468	2.915	2.627	3.543	5.099	4.793

	CPCI		CPCSP		CCR México		CCR USA		Controladora		Consolidado	
	2.009	2.008	2.009	2.008	2.009	2.008	2.009	2.008	2.009	2.008	2.009	2.008
Capital social	1	1	1	1	9.975	9.937	6.263	6.263	791.761	791.761	791.761	791.761
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	1	1	1	1	4.100	4.100	0,2	0,2	403.102	403.102	403.102	403.102
Ordinárias	1	1	1	1	-	-	-	-	403.102	403.102	403.102	403.102
Preferenciais	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas	-	-	-	-	4.100	4.100	0,2	0,2	-	-	-	-
Patrimônio líquido	1	1	1	1	3.079	3.644	(2.382)	(203)	1.734.355	1.578.527	1.734.355	1.578.527
Participação no capital social, no final do exercício - %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-	-
Participação no patrimônio líquido	1	1	1	1	3.079	3.644	(2.382)	(203)	1.734.355	1.578.527	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (*)	-	-	-	-	(432)	(426)	(2.199)	(915)	166.388	168.566	-	-

(*) Para obter o resultado da equivalência informado na controladora, deve-se somar a equivalência das controladadas e diminuir o valor do lucro não realizado (R$ 70 em 2009 e R$ 1.567 em 2008). A composição do lucro não realizado está descrita no item B desta nota.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras informações relevantes

Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

i. Redução unilateral de tarifa de pedágio

Em 20 de julho de 1998 o Governo do Paraná reduziu unilateralmente a tarifa de pedágio de todas as concessionárias paranaenses. No caso da controlada, a redução foi de 50% (cinquenta por cento). Proposta ação judicial contra a medida em 13 de agosto de 1998, a mesma foi encerrada por acordo, que foi homologado judicialmente em 24 de março de 2000.

O Ministério Público Federal recorreu visando: (a) à anulação do acordo, pela ausência de participação do Ministério Público na definição do acordo; ou (b) à redução da tarifa em 50%. Os pedidos do Ministério Público não foram acatados e o processo foi julgado definitivamente, sem resolução de mérito. As tarifas de pedágio continuam sendo cobradas com base no acordo.

ii. Anulação de Aditivos ao Contrato de Concessão (2000 e 2002)

A ação visa à anulação dos termos aditivos ao contrato de concessão (2000 e 2002), os quais restabeleceram as tarifas de pedágio e reequilibraram o contrato. De início, o processo teve seu andamento suspenso, condicionado ao julgamento definitivo da ação sobre redução unilateral de tarifa (item "i"). Tendo ocorrido tal julgamento, a ação retomou seu andamento e encontra-se em fase de instrução.

iii. Processo de encampação

Em 4 de julho de 2003 foi publicada a Lei nº. 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a controlada, nos termos da legislação e contrato de concessão. Essa medida é admissível, mas pressupõe respeito ao devido processo legal e pagamento prévio de indenização dos investimentos, multas por rescisões contratuais e lucros cessantes.

A controlada propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses. A ação principal encontra-se arquivada provisoriamente até julgamento de todos os recursos interpostos.

iv. Decreto expropriatório

Em 8 de janeiro de 2004 o Governo do Paraná promulgou o Decreto nº. 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da controlada. Em razão disso, os acionistas e a controlada ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, medida liminar suspendeu a eficácia do referido Decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (STJ em 5 de maio de 2004; Pleno do STJ em 6 de maio de 2004; e Corte

Especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o Decreto nº. 2.462/04.

v. Reajustes tarifários de 2003 a 2008

Desde o ano de 2003 a controlada vem encontrando dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro; tendo sido necessário o ajuizamento de ação para garantir esse direito.

Todos os reajustes tarifários foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 e 2004 estão em fase de instrução; as de 2005, 2006 e 2007, tiveram sentenças favoráveis à controlada, com recurso da parte contrária pendente de julgamento e a de 2008, teve liminar deferida favoravelmente à Companhia, estando em fase inicial.

O contrato de concessão prevê o reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a controlada pelo período que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

vi. Ação Civil Pública – pavimento

O Ministério Público de Ponta Grossa ajuizou Ação Civil Pública em 27 de janeiro de 2006, em face da controlada, por supostas irregularidades de pavimento no trecho entre os km 288 e 476, da BR-376, que desatenderiam ao índice de IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada contestou a ação, demonstrando o cumprimento do cronograma de restauração do pavimento. Concedida a liminar requerida pelo MP, a controlada iniciou a realização antecipada, no trecho questionado, de obras previstas no contrato de concessão, enquanto pendente o recurso contra essa decisão. Em audiência de 06 de maio de 2008, as partes pactuaram a suspensão da eventual incidência de multa, mediante novo cronograma de obras.

vii. Procedimentos administrativos

O DER/PR expediu Autos de Infração contra a controlada, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A controlada se defendeu alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos.

O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R$16.000. A controlada ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. Em dezembro de 2004 o DER/PR abriu outro processo administrativo para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão. A controlada ingressou com ação judicial alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 3 de fevereiro de 2005 foi deferida liminar para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas.

viii. Lei de Isenção

Em 15 de agosto de 2007 foi editada a Lei Estadual nº. 15.607, regulamentada pelo Decreto nº. 1.352, de 21 de agosto de 2007, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio a todos os veículos pertencentes aos moradores de municípios onde estejam localizadas praças de pedágio no Estado do Paraná.

As Concessionárias do Estado impetraram Mandado de Segurança conjunto, tendo sido concedida liminar em 31 de agosto de 2007, para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da concessão de liminar, mas não obteve êxito. A ação foi julgada favoravelmente à controlada, com um voto contrário. O processo aguarda a tramitação do voto em contrário. Lavrado e publicado acórdão em 26/03/2009. Aguarda-se o trânsito em julgado da ação.

ix. Lei de Isenção - motocicletas

Em 10 de dezembro de 2007 foi editada a Lei Estadual nº. 15.722, assegurando a isenção do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná às motocicletas e veículos similares.

A controlada impetrou Mandado de Segurança, tendo sido concedida liminar em 27 de dezembro de 2007 para sustar os efeitos dos referidos atos. O governo recorreu da decisão de concessão de liminar, mas não obteve êxito. Aguarda-se decisão do processo.

x. Redução de tarifa – receita maior

O DER propôs ação civil pública, em maio de 2007, pleiteando redução das tarifas de pedágio, sob alegação de que a Companhia auferiu receitas alternativa e financeira superiores e custos inferiores ao previsto, em montante que superou as perdas de receita decorrentes da não autorização tempestiva de reajustes e o valor dos investimentos adicionais ainda não reequilibrados. O pedido de liminar foi negado. A Justiça Federal não se reconheceu competente para julgar a causa, contra o que foi interposto recurso pela Concessionária, ao qual foi dado provimento. Foi mantida a competência da Justiça Federal, em virtude da União e DNIT serem partes no processo. Em 27 de novembro de 2008, a ação entrou em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da controlada reiteram o seu entendimento sobre os procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão e mantêm a expectativa de um desfecho favorável para todos os casos.

As demonstrações financeiras da referida controlada e as da controladora não contemplam nenhum ajuste decorrente dos processos acima descritos, tendo em vista que até a presente data não houve nenhum desfecho desfavorável para nenhum deles.

Os ativos e as receitas líquidas da controlada representam 5,6% e 10,9%, respectivamente, dos valores consolidados.

13 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	908	(578)	330	352
Máquinas e equipamentos	14	1.723	(1.081)	642	641
Instalações e edificações	6	560	(528)	32	53
Imobilizações em andamento	-	18	-	18	-
		3.209	(2.187)	1.022	1.046

	Taxa média anual de depreciação %	Consolidado			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	14.074	(7.114)	6.960	6.939
Máquinas e equipamentos	15	112.705	(61.661)	51.044	35.305
Veículos	19	43.049	(26.555)	16.494	17.735
Desapropriações	5	208.651	(66.839)	141.812	142.840
Instalações e edificações	5	242.448	(96.385)	146.063	145.169
Dispositivos de proteção e segurança	5	207.420	(102.148)	105.272	101.302
Pavimentos	12	1.780.758	(1.049.719)	731.039	688.928
Projetos e investimentos ambientais	5	163.028	(59.640)	103.388	101.291
Obras de arte especiais	5	604.022	(187.719)	416.303	411.224
Obras de arte correntes	5	353.913	(151.885)	202.028	198.003
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	4	30.810	(15.772)	15.038	15.006
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	6	66.485	(18.442)	48.043	46.538
Sinalizações	17	161.408	(122.790)	38.618	33.820
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	5	451.743	(152.821)	298.922	296.421
Obras preliminares e complementares	6	191.498	(87.420)	104.078	105.390
Sistemas operacionais	8	267.138	(155.447)	111.691	130.297
Imobilizado de Rodovias - Renovias	8	167.799	(58.994)	108.805	108.125
Imobilizações em andamento (1)	-	507.000	-	507.000	513.990
Adiantamento para imobilizado	-	72.265	-	72.265	61.878
		5.646.214	(2.421.351)	3.224.863	3.160.201

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) As principais imobilizações em andamento em 31 de março de 2009 são as seguintes: na AutoBAn, obras dos complexos Anhanguera e km 110 e implantação de marginais dos km 92 ao 98; na ViaOeste, implantação do entroncamento e estrada do marmeleiro; na NovaDutra, implantação de viaduto no km 292,77 e recuperação de taludes, terraplenos e drenagens; na RodoNorte, restauração e melhorias em diversos quilômetros da BR 376 e na ViaQuatro, a aquisição de equipamentos.

	31/12/08	31/03/09				
	Custo	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Custo
Móveis e utensílios	13.873	118	(88)	-	171	14.074
Máquinas e equipamentos	79.088	2.984	(917)	-	31.550	112.705
Veículos	42.668	24	(214)	-	571	43.049
Desapropriações	207.252	-	(433)	-	1.832	208.651
Instalações e edificações	238.354	47	-	-	4.047	242.448
Dispositivos de proteção e segurança	201.199	-	-	-	6.221	207.420
Pavimentos	1.698.461	-	-	-	82.297	1.780.758
Projetos e investimentos ambientais	158.927	-	-	-	4.101	163.028
Obras de arte especiais	590.920	-	-	-	13.102	604.022
Obras de arte correntes	345.638	12	-	-	8.263	353.913
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	30.518	-	-	-	292	30.810
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	64.067	-	-	(305)	2.723	66.485
Sinalizações	153.964	-	-	-	7.444	161.408
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	443.497	-	-	-	8.246	451.743
Obras preliminares e complementares	190.323	-	-	-	1.175	191.498
Sistemas operacionais	298.440	102	(1.274)	-	(30.130)	267.138
Imobilizado de Rodovias - Renovias	164.435	3.370	-	-	(6)	167.799
Imobilizações em andamento	513.990	147.077	(317)	-	(153.750)	507.000
Adiantamento para imobilizado	61.878	-	-	-	10.387	72.265
	5.497.492	153.734	(3.243)	(305)	(1.464)	5.646.214

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Valor transferido para o ativo intangível e diferido.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/08	31/03/09				
	Depreciação	Adições	Baixas	Eliminação lucro não realizado (1)	Transferências e outros (2)	Depreciação
Móveis e utensílios	(6.934)	(294)	52	-	62	(7.114)
Máquinas e equipamentos	(43.783)	(3.308)	643	-	(15.213)	(61.661)
Veículos	(24.933)	(1.700)	116	-	(38)	(26.555)
Desapropriações	(64.412)	(2.541)	37	-	77	(66.839)
Instalações e edificações	(93.185)	(3.102)	-	-	(98)	(96.385)
Dispositivos de proteção e segurança	(99.897)	(2.251)	-	-	-	(102.148)
Pavimentos	(1.009.533)	(40.171)	-	-	(15)	(1.049.719)
Projetos e investimentos ambientais	(57.636)	(2.004)	-	-	-	(59.640)
Obras de arte especiais	(179.696)	(8.023)	-	-	-	(187.719)
Obras de arte correntes	(147.635)	(4.248)	-	-	(2)	(151.885)
Acessos, trevos, entronc., retornos, instal. e mob. canteiros	(15.512)	(259)	-	-	(1)	(15.772)
Gerenciamento, fiscalização e obras de melhorias	(17.529)	(1.102)	-	189	-	(18.442)
Sinalizações	(120.144)	(2.646)	-	-	-	(122.790)
Terraplenagem, terraplenos e estruturas de contenção	(147.076)	(5.746)	-	-	1	(152.821)
Obras preliminares e complementares	(84.933)	(2.487)	-	-	-	(87.420)
Sistemas operacionais	(168.143)	(4.903)	1.059	-	16.540	(155.447)
Imobilizado de Rodovias - Renovias	(56.310)	(2.684)	-	-	-	(58.994)
	(2.337.291)	(87.469)	1.907	189	1.313	(2.421.351)

(1) A eliminação refere-se à prestação de serviços da controlada Engelog Centro de Engenharia Ltda., através do Consórcio Vila Velha, para a controlada Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A.

(2) Valor transferido para o ativo intangível e diferido.

14 Intangível

	Taxa média anual de amortização %	Controladora			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	477	(344)	133	147
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(9.185)	6.123	6.889
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(11.353)	5.216	6.136
		42.265	(26.437)	15.828	17.528

	Taxa média anual de amortização %	Consolidado			
		31/03/09			31/12/08
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	25.990	(15.310)	10.680	11.281
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	11.161	(3.196)	7.965	8.106
Ágio - ViaOeste (a)	5,7	251.709	(60.893)	190.816	194.295
Ágio - STP (b) (*)	-	9.911	(5.555)	4.356	4.356
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	20	15.308	(9.185)	6.123	6.889
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	-	2.970	(2.970)	-	-
Ágio - CPC (e)	7,19	209.209	(12.453)	196.756	200.492
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	22	16.569	(11.353)	5.216	6.136
		542.827	(120.915)	421.912	431.555

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Movimentação do custo – consolidado

	31/12/08	31/03/09			
	Custo	Adições	Baixas	Transferência (1)	Custo
Direitos de uso de sistemas informatizados	25.631	87	(8)	280	25.990
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	11.251	370		(460)	11.161
Ágio - ViaOeste (a)	251.709	-	-	-	251.709
Ágio - STP (b)	9.911	-	-	-	9.911
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	15.308	-	-	-	15.308
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	2.970	-	-	-	2.970
Ágio - CPC (e)	209.209	-	-	-	209.209
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	16.569	-	-	-	16.569
	542.558	457	(8)	(180)	542.827

(1) Valor transferido para o ativo imobilizado e diferido.

Movimentação da amortização – consolidado

	31/12/08	31/03/09			
	Amortização	Adições	Baixas	Transferência (1)	Amortização
Direitos de uso de sistemas informatizados	(14.350)	(963)	4	-	(15.309)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(3.145)	(530)	-	479	(3.196)
Ágio - ViaOeste (a)	(57.414)	(3.479)	-	-	(60.893)
Ágio - STP (b) (*)	(5.555)	-	-	-	(5.555)
Ágio - Parques e RodoNorte (c)	(8.419)	(766)	-	-	(9.185)
Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP (d)	(2.970)	-	-	-	(2.970)
Ágio - CPC (e)	(8.717)	(3.736)	-	-	(12.453)
Ágio - Aquisição de quinhão consorcial (f)	(10.433)	(921)	-	-	(11.354)
	(111.003)	(10.395)	4	479	(120.915)

(1) Valor transferido para o ativo imobilizado e diferido.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Conforme estipulado na deliberação CVM nº. 565 de 17 de dezembro de 2008, o ágio apurado na controlada em conjunto STP, por não ter vida útil definida, deixou de ser amortizado a partir de Janeiro de 2009.

Os demais ágios têm vida útil definida e por isso continuam sendo amortizados linearmente e são submetidos periodicamente a teste de recuperabilidade.

a. Ágio -ViaOeste

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da controlada Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

b. Ágio - STP

Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., pago as outras concessionárias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

c. Ágio - Parques e RodoNorte

Refere-se ao aumento de participação na Parques Serviços Ltda. e na Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

d. Ágio - Incorporação Siga Livre pela STP

Refere-se ao ágio gerado na incorporação da Siga Livre Participações S.A. pela CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., - controlada da Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

e. Ágio - CPC

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de 40% da Renovias Concessionária S.A., amortizado linearmente pelo prazo remanescente da concessão da Renovias. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

f. Ágio - Aquisição de quinhão consorcial

Refere-se ao ágio gerado na aquisição de quinhão consorcial do Consórcio Operador Parques, amortizado até o encerramento do contrato em agosto de 2010. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15 Financiamentos e empréstimos

		Taxas Contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo custos de transação a apropriar	Vencimentos	Consolidado 31/03/09	Consolidado 31/12/08
Em moeda nacional								
1.1	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a. e 2,12% a.a.	-	-	-	Fevereiro de 2017	149.828	42.472
1.1	Unibanco - União de Bancos Bras. S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	23.424	25.483
1.1	Banco Bradesco S.A. – BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	15.616	16.989
1.1	Banco ABN Amro Real S.A. - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Janeiro de 2012	7.808	8.494
1.2	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,5% a.a.	-	-	-	Fevereiro de 2009	-	2.142
1.3	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	Novembro de 2010	43.981	50.562
1.7	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 1,7% a.a.	-	-	-	Agosto de 2013	1.419	1.334
1.8	Unibanco, Bradesco e Ford Credit	TJLP + 3% a.a.	-	-	-	Julho de 2012	4.233	4.559
1.9	Banco Bradesco S.A.	TJLP + 4,3% a.a.	-	-	-	Abril de 2011	1.564	1.732
1.10	Banco Bradesco BBI S.A	CDI + 1,18 % a.a.	0,9503% (a)	814	191	Abril de 2009	239.373	139.739
1.10	Banco Santander S.A.	CDI + 1,18 % a.a.	0,9503% (a)	407	95	Abril de 2009	119.580	69.733
1.10	Banco ABN Amro Real S.A.	CDI + 1,18% a.a	0,9503% (a)	407	95	Abril de 2009	119.580	69.674
1.10	Banco Alfa de Investimentos S.A.	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	-	Maio de 2009	104.694	101.439
1.10	Banco do Nordeste do Brasil S.A	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	-	Maio de 2009	104.854	101.466
1.10	Banco Société Générale Brasil S.A	CDI + 1,25 % a.a.	-	-	-	Maio de 2009	52.375	50.746
1.10	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	Maio de 2009	33.733	32.985
1.10	Banco UBS Pactual S.A.	CDI + 1,25% a.a.	-	-	-	Maio de 2009	384.919	372.950
1.11	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	TJLP + 4,72% a.a. e 5% a.a.	-	-	-	Dezembro de 2011	19.733	22.827
1.11	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 0,275% a.m.	-	-	-	Junho de 2011	7.156	7.666
1.11	HSBC Bank Brasil S.A.	TJLP + 5,3% a.a. e 5,5% a.a.	-	-	-	Julho de 2009	7	18
Subtotal moeda nacional							1.433.877	1.123.010
Em moeda estrangeira								
1.3	Bco.Nac.Desenv.Econômico e Social - BNDES	Cesta de moedas + 5% a. a.	-	-	-	Janeiro de 2011	4.289	4.914
1.4	Banco do Brasil S.A.	Iene + 5,8225% a.a.	-	-	-	Agosto de 2010	88.905	100.479
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,13% a.a.	-	-	-	Julho de 2009	34.058	33.663
1.5	Banco ABN Amro Real S.A.	US$ + 6,13% a.a.	-	-	-	Julho de 2009	26.763	26.453
1.6	HSBC Bank Brasil S.A.	US$ + 5,05% a.a. e US$ + 5,9%a.a.	-	-	-	Maio de 2009	69.838	69.655
1.12	Inter-American Development Bank - BID	ABR - Prime +1,9% a.a. 2,5% a.a.	2,2009% (a)	7.886	7.793	Fevereiro de 2020	96.643	97.998
1.12	Inter-American Development Bank - BID	LIBOR + 2,2% a 2,8% a.a.	2,2009% (a)	2.228	2.201	Fevereiro de 2023	27.861	28.220
Subtotal moeda estrangeira							348.357	361.382
Total de financiamentos e empréstimos							1.782.234	1.484.392
Circulante								
Financiamentos e empréstimos							1.363.515	1.145.066
Custo da transação							(1.183)	(988)
Total							1.362.332	1.144.078
Não circulante								
Financiamentos e empréstimos							429.095	348.665
Custo da transação							(9.193)	(8.351)
Total							419.902	340.314

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada a taxa média ponderada.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Consolidado	
	31/03/09	**31/12/08**
2010	146.964	177.470
2011	64.966	61.877
2012	30.200	24.107
2013	66.862	24.531
Após 2013	120.103	60.680
Total	429.095	348.665

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Empréstimos e Financiamentos

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de FINAME, quando a TJLP for superior à taxa de 6 % a.a., a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1.1. AutoBAn

Em 10 de julho de 2000 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 120.000, sendo parte direto com o BNDES e outra parte com repasse junto aos bancos Bradesco, Unibanco e Sudameris (ABN Amro Real).

Sobre o principal da dívida incidem juros de 5,0% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal será paga em 105 prestações mensais, entre 15 de maio de 2003 e 15 de janeiro de 2012.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas financeiras delas decorrentes;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Caução da totalidade das ações emitidas pela controlada;

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
- Manter em conta reserva o equivalente a 6 meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária ou seguro garantia para o mesmo valor. O montante das fianças bancárias em 31 de março de 2009 era de R$ 119.500.
- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio em quaisquer outras datas que não entre 01 de abril e 01 de junho de cada ano e/ou 01 de outubro e 01 de dezembro de cada ano;
- A controlada está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo os seguintes índices:
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
    - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3;

A controlada também possuía contratos de financiamento junto ao BID, IFC e BNDES, que foram liquidados antecipadamente em 11 de maio 2006. Entretanto, mantêm-se a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2010, juros adicionais de 10% da receita (2,42% ao IFC, 3,49% ao BID e 4,09% ao BNDES) sobre o excedente do volume de veículos que ultrapassar o estipulado no contrato de financiamento.

Os juros adicionais correspondentes a 2004, 2005 e 2006 foram assim pagos: em 01 de outubro de 2008, R$ 742 ao BNDES; em 15 de janeiro de 2009, R$ 722 ao BID e; em 14 de janeiro de 2009, R$ 480 ao IFC. Os valores correspondentes ao ano de 2007 foram assim pagos: em 16 de março de 2009, R$ 2.091 ao BNDES; em 26 de março de 2009, R$ 1.714 ao BID e; em 17 de março de 2009, R$ 1.214 ao IFC.

Em virtude de mudanças significativas da estrutura das operações em relação à época de assinatura do contrato, a controlada entrou em processo de negociação com os financiadores sobre a forma de cálculo dos juros adicionais, cuja formalização foi finalizada em outubro de 2008.

A controlada provisionou, até 31 de março de 2009, o montante de R$ 11.970 para o cumprimento dessa obrigação.

Em 05 de fevereiro de 2009 a controlada firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 267.353 com o BNDES. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,12% a.a. mais TJLP.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O principal será amortizado em 72 parcelas mensais a partir do dia 15 de Março de 2011, sendo que a última parcela será paga em 15 de Fevereiro de 2017.

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano, entre 15 de Maio de 2009 e 15 de Fevereiro de 2011. A partir de 15 de Março de 2011 os juros serão pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de Fevereiro de 2017.

Em 27 de fevereiro de 2009 foi liberada a primeira parcela do financiamento, no valor de R$ 110.000,00.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Penhor de todas as contas bancárias, inclusive das receitas delas decorrentes;
- Penhor de todas as ações emitidas pela controlada;
- Manter, durante a vigência do Contrato, o seguinte índice apurado trimestralmente: (Patrimônio Líquido + Dividendos a Pagar) / Ativo Total: igual ou maior que 20% (vinte por cento).

1.2. NovaDutra

Em 09 de agosto de 2004 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R$ 39.377. Sobre o principal da dívida incidiram juros de 4,5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

Esse contrato foi amortizado em 42 prestações mensais, entre 15 de setembro de 2005 e 15 de fevereiro de 2009, e suas respectivas cláusulas restritivas extintas.

1.3. RodoNorte

Em 01 de novembro de 2001 a controlada firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total disponível de R$ 169.301, dividido em subcrédito A e B, com valores respectivos de R$ 16.930 e R$ 152.371.

Sobre o principal da dívida no subcrédito A incide taxa de juros de 5% a.a., acima da taxa variável reajustada trimestralmente, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES, na captação de recursos em moeda estrangeira no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A exigibilidade dos juros é mensal.

Sobre o principal da dívida no subcrédito B incide juros de 5% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal.

A amortização do principal do subcrédito A será em 84 prestações mensais, entre 15 de fevereiro de 2004 e 15 de janeiro de 2011. Para o subcrédito B, também será em 84 prestações mensais, entre 15 de dezembro de 2003 e 15 de novembro de 2010.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Caução das ações emitidas pela controlada representativa de 99,99% de seu capital social;
- Caução e cessão de 100% das receitas auferidas pela controlada em decorrência do contrato de concessão;
- Cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Cessão dos direitos e benefícios decorrentes de todas as apólices e contratos de seguro;
- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BNDES e do Agente Fiduciário, qualquer dívida exceto as abaixo listadas: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com os Patrocinadores; (ii) empréstimo de capital de giro que não excedam o montante de R$ 10.000 e; (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de mudanças no escopo dos investimentos até o limite de R$ 30.000.
- Não distribuir dividendos antes da Conclusão Técnica e Financeira do Projeto e do atingimento de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,3.
- Manter em conta reserva o equivalente a 12 meses do serviço da dívida projetada ou prestar outra forma de garantia no mesmo montante. Em 31 de março de 2009 o saldo da conta reserva é de R$ 12.801 e o montante de fiança bancária é de R$ 66.000.

Em 27 de dezembro de 2007 a RodoNorte obteve a Conclusão Técnica e Financeira do Projeto, e a partir daquela data está livre para distribuir dividendos aos acionistas.

1.4. ViaLagos

Em 11 de novembro de 2005 a controlada firmou contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., com encargos financeiros de 106,4% do CDI e vencimentos trimestrais, entre 11 de maio de 2006 e 11 de novembro de 2011, garantidos por fiança da controlada.

Esse contrato foi liquidado em 05 de setembro de 2007 através da contratação de novo empréstimo no valor de R$ 68.000, na mesma data, com a mesma instituição financeira, com vencimento em parcela única, em 20 de agosto de 2010.

O empréstimo de 05 de setembro de 2007 foi realizado em Ienes e possui encargos financeiros de 5,8225% a.a., tendo como referência para sua liquidação a cotação do Iene de

2 dias antes da data de seu vencimento (Iene D-2). Foi realizado hedge (swap) com taxa de 103,20% do CDI.

1.5. Ponte

Em 26 de julho de 2005 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A., no montante de US$ 13.999 mil, com encargos financeiros de 3,75% a.a., vinculado a uma operação de hedge (swap) à taxa de 104,5% do CDI, com vencimento para 16 de julho de 2007. Na data do vencimento, ocorreu a liquidação dos juros e do hedge (swap) e aditou-se o contrato, prorrogando seu vencimento para 14 de julho de 2008, com juros de 6,3713% a.a. e nova contratação de hedge (swap) à taxa de 103,40% da variação do CDI.

Em 16 de julho de 2007 a controlada firmou um contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao ABN AMRO Real S.A. para liquidação do hedge (swap) do contrato citado acima, no montante de US$ 11.001 mil, com encargos financeiros de 6,3713% a.a., com vencimento para 14 de julho de 2008.

Em 14 de julho de 2008, esses dois empréstimos foram prorrogados para 14 de julho de 2009, com juros de 6,13% a.a. e com alteração da taxa do hedge (swap) para 109,70% da variação do CDI.

1.6. CCR-USA, LLC

Em 16 de novembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 26.500 mil, com encargos financeiros de 5,05% a.a., com a finalidade de integralização de capital na concessionária Northwest Parkway, em Denver, Estados Unidos da América. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada firmou contrato de empréstimo em dólares norte-americanos junto ao HSBC BANK BRASIL – Grand Cayman Branch, no montante de US$ 1.700 mil, com encargos financeiros de 5,90% a.a., com a finalidade de complementar a integralização de capital na concessionária Northwest Parkway e reforço do capital de giro. O vencimento do principal e dos juros, em parcela única, será em 11 de maio de 2009.

Por se tratar de operações realizadas nos Estados Unidos da América não foram contratados hedges para estes empréstimos.

1.7. FINAME com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP

Em 01 de julho de 2008 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 421, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 02 de julho de 2008 a controlada RodoNorte firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 706, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 04 de agosto de 2008 a controlada ViaOeste firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 186, com encargos financeiros de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e cesta aérea . A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

Em 10 de outubro de 2008 a controlada NovaDutra firmou um contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao HSBC, no montante total de R$ 453, com encargos financeiras de 1,7% a.a. mais TJLP, destinado à compra de equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas.

1.8. FINAME com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP

Em 28 de junho de 2007 a controlada RodoNorte firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no montante total de R$ 2.432, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões, guinchos e ambulâncias. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de agosto de 2008 e 15 de julho de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de outubro de 2007 e 15 de julho de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 03 de abril de 2007 e em 16 de abril de 2007 a controlada ViaOeste firmou três contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Unibanco, no valor total de R$ 1.160, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e equipamentos. A amortização do principal se dará em quarenta e oito parcelas mensais, entre 15 de maio de 2008 e 15 de maio de 2012. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2007 e 15 de abril de 2008, e mensalmente no período de amortização.

Em 08 e 30 de novembro de 2006 e em 06 de julho e 31 de agosto de 2007, a controlada Nova Dutra firmou cinco contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, Ford Credit e Unibanco, no valor total de R$ 2.920, com encargos financeiros de 3% a.a. mais TJLP, destinados à compra de caminhões, ambulâncias e plataforma de auto-socorro. O pagamento dos juros e a amortização do principal ocorrerão entre 15 de fevereiro de 2007 e 15 de maio de 2012.

1.9. FINAME com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP

Em 12 de abril de 2006 a controlada ViaOeste firmou dois contratos de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (FINAME) junto ao Bradesco, no valor total de R$ 1.836, com encargos financeiros de 4,3% a.a. mais TJLP, destinado à compra de caminhões e guinchos. A amortização do principal se dará em cinquenta e quatro parcelas mensais, entre

15 de novembro de 2006 e 15 de abril de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente, entre 15 de julho de 2006 e 15 de abril de 2011, e mensalmente no período de amortização.

1.10. RodoAnel

Em 01 de outubro de 2008, 03 de novembro de 2008 e 11 de março de 2009 a controlada firmou contratos de coordenação, colocação e distribuição pública de notas promissórias comerciais da segunda, terceira e quarta emissões, respectivamente.

A segunda emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco, Santander e ABN, totalizando o valor da oferta em R$ 460.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R$ 5.750 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R$ 23.000) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R$ 437.000) garantidas por aval da CCR. Essa emissão foi liquidada em sua totalidade em 13 de abril de 2009.

A terceira emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos ABC Brasil S.A. e UBS Pactual S.A., totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 1.300 notas promissórias, no valor de R$ 500 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 65 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 1.235 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR.

A quarta emissão contou com a garantia firme de subscrição dos bancos Bradesco BBI S/A. e Santander S/A, totalizando o valor da oferta em R$ 650.000, equivalente a 80 notas promissórias, no valor de R$ 8.125 cada, assim distribuídas: (i) primeira série composta por 4 notas promissórias (R$ 32.500) garantidas por aval da Encalso Construções Ltda.; e (ii) segunda série composta por 76 notas promissórias (R$ 617.500) garantidas por aval da CCR.

O valor nominal das notas promissórias não será atualizado. Sobre os valores das mesmas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interfinanceiro), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,18% a.a. para a segunda oferta, 1,25% a.a. para a terceira oferta e 1,18% a.a. para a quarta oferta. Essa remuneração será paga integralmente na data de vencimento.

As notas promissórias terão prazo de vencimento de 180 dias contados da primeira data de emissão.

1.11 CPC - Renovias

Em 10 de março de 1999 a controlada em conjunto Renovias firmou o contrato de abertura de crédito n° 98.2.586.3.1 no valor total de R$ 91.271, junto ao BNDES, subdividido em dois subcréditos:

A) R$ 53.305 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido

entre 15 de março de 1999 e 15 de setembro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de outubro de 2002.

B) R$ 37.966 à taxa de juros de 5% a.a., mais a TJLP com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de março de 2002 e 15 de março de 2005 e, mensalmente, a partir do dia 15 de abril de 2005.

A amortização do principal relativo ao subcrédito "A" foi paga em setenta e duas prestações mensais e sucessivas, entre 15 de outubro de 2002 e 15 de setembro de 2008 e a do subcrédito "B" foi paga em quarenta e oito prestações mensais e sucessivas, entre 15 de abril de 2005 e 15 de março de 2009.

Em 15 de março de 2009 foi liquidado e suas respectivas cláusulas restritivas extintas.

Em 04 de dezembro de 2006, a controlada em conjunto Renovias firmou outro contrato de abertura de crédito, sendo este de nº. 06.2.0877.1 junto ao BNDES, no valor total de R$ 53.202.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 4,72% a.a. mais TJLP, com exigibilidade trimestral, no dia 15 dos meses de dezembro, março, junho e setembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2006 e 15 de dezembro de 2008 e, mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2009, inclusive.

A amortização do principal será paga em trinta e seis prestações mensais e sucessivas, entre 15 de janeiro de 2009 e 15 de dezembro de 2011.

As principais garantias e cláusulas restritivas para ambos os contratos de financiamento são as seguintes:

- Penhor em primeiro grau de 100% das receitas oriundas do contrato de concessão;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Renovias;
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte;
- Manter em conta reserva o equivalente a duas vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, até cento e quatorze meses após a assinatura do contrato e manter o valor equivalente à última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida, durante os últimos seis meses do contrato. Entre o 73º e o 102º mês será exigida também em complementação ao saldo mínimo exigido, fiança bancária, garantindo o equivalente ao valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessório da dívida decorrente do contrato. Em 31 de março, o saldo da conta reserva era de R$ 1.207, valor suficiente para o contrato n°. 06.2.0877.1.

- Seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio, na hipótese de interrupção de sua arrecadação, com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado;
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, excluindo, para efeito do cálculo, o valor lançado com ônus fixo da concessão constante do passivo total, e
- Não contratar empréstimo de curto prazo, inclusive as renovações dos contratos já firmados após a celebração do contrato nº.06.2.0877.1, cujo valor acumulado supere R$ 3.500, com data base de 10 de março de 1999, reajustado na mesma forma e nas mesmas épocas do reajuste da tarifa, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

Em 13 de julho de 2006 a controlada em conjunto Renovias firmou contrato de abertura de crédito no valor total de R$ 26.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem juros calculados conforme Taxa DI-Cetip Over, divulgada pela CETIP, acrescida de 0,275% ao mês.

A amortização do principal será paga em cinquenta e nove prestações mensais e sucessivas, entre 17 de agosto de 2006 e 17 de junho de 2011.

A principal garantia e cláusula restritiva deste contrato de financiamento é a cessão fiduciária dos direitos de crédito perante a CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S/A e o Banco Itaú S/A, ("Devedores dos Recebíveis").

1.12. ViaQuatro

Em 14 de julho de 2008, a controlada firmou um contrato de abertura de crédito em dólares norte-americanos, mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de US$ 28.069 mil, à taxa de juros de 5,55% a.a. sem hedge e com pagamento em parcela única, com vencimento em 12 de setembro de 2008. Nessa data o contrato foi aditado para 13 de outubro de 2008, à taxa de juros de 5,4% a.a. O contrato foi aditado novamente para 28 de outubro de 2008, à taxa de 5,2% a.a., data em que foi liquidado.

Em 18 de setembro de 2008, foram contratadas operações de hedge (swap) junto ao HSBC Bank Brasil S.A., com taxa de 78,9% (US$ 25.022 mil) e 75% (US$ 3.072 mil) do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2008. Nessa data o contrato foi aditado para 28 de outubro de 2008, com taxa de 125% do CDI e liquidado na data.

Em 28 de outubro de 2008, a controlada firmou um contrato de empréstimo de capital de giro, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de R$ 64.671, à taxa de juros de 125% do CDI, com vencimento em 11 de novembro de 2008. Nesta data o contrato foi aditado para 1º de dezembro de 2008, à taxa de 127,5% do CDI e foi liquidado na data.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 11 de novembro de 2008, a controlada firmou um contrato de empréstimo de capital de giro, junto ao banco ABN Amro Real S.A., no montante de R$ 329, à taxa de juros de 127,5% do CDI, com vencimento em 1º de dezembro de 2008, sendo liquidado nessa data.

Em 7 de outubro de 2008, a controlada ViaQuatro contratou financiamento de longo prazo, no valor total de US$ 368.700 mil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a participação de outros bancos comerciais. Este financiamento destina-se a investimentos previstos nas Fases I e II do Contrato de Concessão e está assim dividido:

- Empréstimo BID A (Fase I):
  - Valor: US$ 69.200 mil;
  - Prazo total: 15 anos;
  - Custo:

    Libor +2,20% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
    Libor +2,50% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
    Libor +2,80% a.a.: a partir do início da operação da Fase II.
- Empréstimo BID A (Fase II):
  - Valor: US$ 59.500 mil;
  - Prazo e custo: condições de mercado no momento da Fase II.
- Empréstimo BID B (somente Fase I):
  - Valor: US$ 240.000 mil;
  - Prazo total: 12 anos;
  - Custo:

    Libor +1,90% a.a.: até a Conclusão do Projeto da Fase I;
    Libor +2,20% a.a.: entre a Conclusão do Projeto Fase I até o início da operação da Fase II;
    Libor +2,50% a.a.: a partir do início da operação da Fase II;

Os montantes são creditados à Concessionária mediante o atendimento de condições precedentes. Estão sendo negociados hedges de acordo com as disposições previstas no contrato de financiamento, a saber:

- Hedge de taxa de juros ao montante de 75% do valor total desembolsado, até 15 de fevereiro de 2013. Após esta data o montante protegido deverá ser de 100% do total desembolsado, até o vencimento do financiamento.

- Hedge de moeda ao montante de 25% do valor total desembolsado, caso a taxa a termo do dólar esteja acima de R$ 2,40. Após a entrega das obras de infra-estrutura, deverá ser hedgeado 100% do valor correspondente aos próximos quatro pagamentos de juros e principal (2 anos).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com as condições estipuladas no Contrato de Financiamento, poderá ser utilizada Taxa Básica Alternativa em substituição a Libor quando:

- Em razão de circunstância que afetam o mercado, meios adequados e razoáveis não existam para identificar a Libor na data de apuração da taxa de juros em questão;

- Os participantes necessários determinarem e notificarem o BID por escrito que a Libor não refletirá de modo adequado e justo o custo para os participantes.

As principais garantias e cláusulas restritivas deste financiamento são as seguintes:

- Alienação fiduciária e usufruto condicional de 100% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais da controlada em conjunto;

- Cessão fiduciária dos direitos e créditos da controlada, inclusive aqueles decorrentes das contas bancárias da controlada em conjunto;

- Cessão fiduciária dos direitos e créditos oriundos do Contrato de Concessão, inclusive de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término antecipado do Contrato de Concessão;

- Não constituir qualquer ônus sobre qualquer direito, participação ou propriedade da controlada, a não ser aqueles expressamente permitidos no contrato de financiamento;

- Não contrair ou manter, sem o consentimento do BID, qualquer dívida exceto, dentre outras: (i) dívidas subordinadas contraídas diretamente com a CCR/os patrocinadores do projeto; (ii) empréstimo de capital de giro/dívida de curto prazo que não exceda R$ 7.500;

- Não alienar ou de alguma forma dispor de seus ativos ou direitos, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;

- Manter em conta reserva o equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida projetado ou obter carta de fiança bancária para o mesmo valor;

- Não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio antes da data de Conclusão do Projeto da Fase I;

- Somente distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio após a Conclusão do Projeto, se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, o seguinte índice:

- Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

16 Debêntures

	Taxas Contratuais % a.a.	Custo efetivo (% a.a.)		Custos de transação incorridos	Saldo custos de transação a apropriar	Vencimentos	Controladora 31/03/09	Controladora 31/12/08	Consolidado 31/03/09	Consolidado 31/12/08
Debêntures										
1.1	IGP-M + 11% a.a.	11,2495%	(a)	886	40	Maio de 2010	-	-	57.088	56.107
1.2	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0164%	(a)	1.468	89	Julho de 2010	-	-	49.945	49.261
1.2	IGP-M + 9,5% a.a.	10,0254%	(a)	1.469	144	Julho de 2010	-	-	29.697	29.269
1.3	105% do CDI	0,2388%	(b)	1.600	268	Março de 2011	75.460	117.367	75.460	117.367
1.3	100% CDI +1,6% a.a.	0,3499%	(b)	1.046	524	Setembro de 2009	321.317	310.788	321.317	310.788
1.3	14,75% a.a.	15,5213%	(b)	17.531	17.308	Dezembro de 2018	500.190	483.015	500.190	483.015
1.4	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8793%	(a)	877	460	Abril de 2014	-	-	98.315	128.656
1.4	IGP-M + 10,65% a.a.	10,8759%	(a)	877	463	Abril de 2013	-	-	124.149	122.183
1.4	103,3 do CDI	1,1846%	(b)	2.809	991	Abril de 2012	-	-	268.264	323.447
1.5	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755%	(b)	2.427	1.674	Julho de 2015	-	-	196.111	194.263
1.5	IGP-M + 7,6% a.a.	7,9755%	(b)	2.427	1.631	Janeiro de 2015	-	-	184.890	183.181
1.5	104,5 do CDI	0,2917%	(a)	3.676	2.353	Julho de 2015	-	-	247.577	240.164
Total							896.967	911.170	2.153.003	2.237.701
Circulante										
Debêntures							377.566	354.821	657.680	622.609
Custo da transação							(1.879)	(2.121)	(4.448)	(4.854)
Total							375.687	352.700	653.232	617.755
Não circulante										
Debêntures							537.500	575.000	1.521.268	1.642.332
Custo da transação							(16.220)	(16.530)	(21.497)	(22.386)
Total							521.280	558.470	1.499.771	1.619.946

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Não foram considerados para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo acima estão de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	**31/12/08**	**31/03/09**	**31/12/08**
2010	-	37.500	225.516	342.936
2011	37.500	37.500	265.361	266.223
2012	-	-	182.959	183.821
2013	-	-	138.055	138.918
Após 2013	500.000	500.000	709.377	710.434
Total	537.500	575.000	1.521.268	1.642.332

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1.1 RodoNorte

Em 1° de maio de 2001 a controlada emitiu trezentos e quarenta debêntures nominativas escriturais, com garantias reais, de série única, com valor nominal de emissão de R$ 85.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 14 de novembro de 2001, no valor total atualizado monetariamente de R$ 96.170, com deságio de 4,98%, que foi registrado como despesas pagas antecipadamente.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em taxa de juros de 11% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado, que será pago em nove parcelas anuais, entre 1º de maio de 2002 e 1º de maio de 2010.

A amortização do principal ocorre em sete parcelas anuais, entre 1º de maio de 2004 e 1º de maio de 2010. A primeira parcela, no valor correspondente a 10% do valor nominal, na data de emissão e as demais, no valor correspondente a 15% do valor nominal, também na data de emissão.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à caução de 99,99% das ações representativas de seu capital social até a amortização final; caução das receitas decorrentes da exploração das rodovias, cessão de indenização dos seguros contratados, caução das contas bancárias vinculadas e aplicações financeiras e cessão da indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.3 da nota explicativa nº.15.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1.2 NovaDutra

Em 1º de julho de 2004 a controlada emitiu dezoito mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em duas séries de nove mil debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 180.000, as quais foram subscritas e integralizadas, em 16 de agosto de 2004, no valor total de R$ 185.425.

As debêntures sofrem atualização monetária do valor nominal de acordo com a variação do IGP-M e sua remuneração é baseada em juros de 9,5% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal atualizado.

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2006 e 1º de julho de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de julho de 2005 e 1º de julho de 2010.
- Segunda série:
  - Amortização: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2007 e 1º de janeiro de 2010;
  - Juros: parcelas anuais, entre 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2010.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais, 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes e respectivas aplicações financeiras detidas pela emissora, incluindo todo e qualquer ganho ou receita financeira delas decorrentes; cessão de eventual indenização do Poder Concedente em caso de término do Contrato de Concessão.

Os bens e direitos permanecerão empenhados até o cumprimento das obrigações assumidas pela controlada na escritura de emissão e nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

Essas garantias são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas de forma proporcional aos respectivos saldos devedores do contrato de financiamento citado no item 1.2 da nota explicativa nº.15.

1.3 CCR

- Em 1° de março de 2005 a Companhia emitiu quinze mil debêntures nominativas escriturais quirografárias (sem garantia de preferência), não conversíveis em ações, com valor nominal total de emissão de R$ 150.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 4 de abril de 2005, no valor total de R$ 152.733.

  A remuneração das debêntures é baseada em 105% da variação do CDI, paga semestralmente a partir da data de emissão.

  O valor nominal das debêntures será pago em quatro parcelas anuais entre 1º de março de 2008 e 1º de março de 2011.

- Em 26 de setembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 300.000.

  A remuneração da debênture é baseada em 100% da variação do CDI e spread de 1,60% a.a.

  O valor nominal da debênture será pago em parcela única, com vencimento em 26 de setembro de 2009.

- Em 29 de dezembro de 2008, a Companhia emitiu uma debênture simples, em lote único e indivisível, em série única, não conversível em ações, da espécie quirografária (sem garantia de preferência), de forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 500.000.

  A remuneração da debênture é baseada em juros de 14,75% a.a.

  O valor nominal atualizado da debênture e os juros serão pagos da seguinte maneira:

  - Amortização: parcelas anuais, entre 29 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2018;
  - Juros: parcelas semestrais, entre 29 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2018.

  A Debênture poderá ser resgatada antecipadamente, a critério da emissora, desde que verificados cumulativamente: (i) prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de emissão e (ii) ocorrência da Comprovação dos Investimentos nos termos e condições descritos na escritura de debênture.

1.4 AutoBAn

Em 1° de abril de 2006 a controlada emitiu cinquenta e uma mil debêntures nominativas escriturais, com garantias reais e não conversíveis em ações, em três séries, sendo as de primeira e segunda séries de nove mil e oitocentas debêntures cada uma e a terceira série de trinta e uma mil e quatrocentas debêntures, com valor nominal total de emissão de R$ 510.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 1º de agosto de 2006, no valor total de R$ 533.883.

As debêntures da primeira e da segunda série terão seu valor nominal atualizado pelo IGP-M, com remuneração baseada em juros de 10,65% a.a. Para a terceira série, a remuneração é baseada em 103,3% do CDI.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor nominal atualizado das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Primeira série:
  - Amortização: seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2014;
  - Juros: anualmente, entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2014. Os juros com vencimento em 1º de abril de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008.
- Segunda série:
  - Amortização: cinco parcelas anuais, entre 1º de outubro de 2009 e 1º de outubro de 2013;
  - Juros: anualmente entre 1º de outubro de 2007 e 1º de outubro de 2013. Os juros com vencimento em 1° de outubro de 2008 foram liquidados em 30 de setembro de 2008.
- Terceira série:
  - Amortização: sete parcelas semestrais, entre 1º de abril de 2009 e 1º de abril de 2012.
  - Juros: semestralmente entre 1º de abril de 2007 e 1º de abril de 2012. Os juros com vencimento em 1° de abril de 2008 e 1º de outubro de 2008 foram liquidados em 31 de março de 2008 e 30 de setembro 2008.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 99,9% das ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela.

As garantias são compartilhadas sempre na proporção de 45% para o BNDES e 55% para os debenturistas. Na hipótese da controlada contrair dívidas adicionais junto ao BNDES, essa proporção permanecerá inalterada e se a controlada contrair dívidas com quaisquer outros credores que não o BNDES, estes deverão compartilhar dos 55% destinados ao Agente Fiduciário.

1.5 ViaOeste

Em 1° de julho de 2007 a controlada emitiu sessenta e cinco mil debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, com garantias reais, em 3 séries, sendo a primeira de vinte e oito mil debêntures e a segunda e a terceira séries de dezoito mil e quinhentas debêntures cada, com valor nominal total de emissão de R$ 650.000, as quais foram parcialmente subscritas e integralizadas em 31 de julho de 2007, e as restantes em 1° de agosto de 2007.

A remuneração das debêntures da primeira série será baseada em 104,5% do CDI a.a., enquanto que as das segunda e terceira séries serão de 7,6% a.a. mais a atualização do principal baseada no IGP-M.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os prazos, amortizações e pagamento de juros ocorrerão da seguinte maneira:

- Primeira série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros semestralmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Segunda série: prazo de oito anos, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de julho de 2008 e 1º de julho de 2015;
- Terceira série: prazo de sete anos e meio, com amortizações e pagamento de juros anualmente, entre 1º de janeiro de 2009 e 1º de janeiro de 2015.

Como garantia da emissão das debêntures, a controlada está sujeita à penhora de 100% de suas ações e 100% do produto oriundo da cobrança de pedágios e demais receitas, bem como das contas correntes detidas por ela, e eventual indenização do Poder Concedente no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Contrair ou manter sem o consentimento dos Financiadores qualquer dívida exceto as listadas: (i) dívidas subordinadas, (ii) empréstimos de capital de giro que não excedam o valor do principal total de R$ 50.000, (iii) dívidas de longo prazo para financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e (iv) outras dívidas, desde que: (a) aprovadas em Assembléia Geral de Debenturistas por maioria simples das Debêntures em circulação e (b) seja observado o limite estabelecido no item "a", parágrafo primeiro do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- Criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas;
- Distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou revisadas do primeiro período apresentarem, no mínimo, os seguintes índices:
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + "fees" e outros débitos relacionados à dívida / valores de principal e juros pagos no referido período) maior ou igual a 1,2;
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0, onde:
    - Dívida líquida = dívida relacionada à emissão das debêntures e outras dívidas financeiras permitidas – o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras + amortização dos pagamentos antecipados relacionados à concessão) calculado considerando os últimos 12 meses.

17 Plano de incentivo de longo prazo

A Companhia possui plano de incentivo de longo prazo tendo por objetivo estimular a retenção de talentos, associado à geração de resultados e criação sustentável de valor por meio do alinhamento de interesses entre acionistas e executivos da Companhia.

Esse plano está baseado na venda a determinados colaboradores, escolhidos de forma discricionária pela Administração da Companhia, de títulos virtuais denominados Unidades de Investimento – UI´s.

Cada UI é um instrumento patrimonial que confere ao seu titular um direito pecuniário referenciado na variação de uma Unidade Virtual de Valor ("UVV"). A UI não atribui ao seu titular a condição de acionista da CCR, sendo sua liquidação em dinheiro.

O incentivo do Plano ocorre pelo aumento da UI, ou seja, pela valorização da UVV (UVV no resgate – UVV na compra), após um prazo de carência pré-determinado (vesting), no qual o executivo deverá permanecer na Companhia. A UVV é apurada mediante a ponderação da cotação média das ações da Companhia em determinado período do ano (30%), nos dividendos pagos aos acionistas (40%) e em indicador relacionado à criação de valor (30%).

Atualmente existem dois Planos de Incentivo vigentes, tendo sido o Plano 1 aprovado pelo Conselho de Administração no ano de 2005 e o Plano 2 no ano de 2007. Cada plano possui seus respectivos Programas.

Caso o contemplado tenha seu vínculo empregatício encerrado com a CCR em função de aposentadoria, invalidez ou morte, durante a vigência do Plano, ele ou seus sucessores terão todas as UIs resgatadas com base no último valor real calculado das UVV's. Em desligamentos ocorridos por qualquer outro motivo, o beneficiário perde todos os seus direitos ao resgate de UI's ainda não exercidos.

As UIs são compradas à vista pelos beneficiários do Plano, em data específica, ao preço estabelecido no plano. A cada ano um novo Programa é iniciado, no qual UIs são compradas pelos participantes eleitos. O pagamento dos resgates anuais de UIs ocorrerá somente em mês específico determinado no Plano.

O direito de resgate das UIs ocorre de forma gradual, dividindo em parcelas anuais o número total de UIs de cada Programa. O período de carência mínimo é de 3 anos, após o qual o beneficiário terá o direito de resgatar suas UIs de forma gradual até o final do respectivo Programa, que normalmente tem prazo máximo de 6 anos.

Não é obrigatório o resgate de UIs imediatamente ao término do período de vesting, podendo o beneficiário, a seu exclusivo critério e risco, deixar o resgate para períodos futuros, limitado ao último ano do respectivo Programa. Ao final de cada Programa, as UI´s serão automaticamente resgatadas.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A criação de cada Programa está condicionada ao alcance de meta anual de valorização mínima da UVV com base em projeções submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração (CAD). A conquista de um Novo Negócio também poderá ensejar a criação de um Programa específico.

A criação de novos Planos e seus respectivos Programas estão sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

Não ocorreram no período referente a essas informações trimestrais, modificações nos critérios estabelecidos inicialmente em cada um dos Planos ou Programas de incentivo, bem como nenhuma UI foi expirada.

Em virtude dos contemplados dos Programas serem colaboradores da Companhia, o valor justo dos serviços recebidos em troca das UI´s, durante o período a que estas informações trimestrais se referem, foram considerados como o próprio valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, levando-se em conta os respectivos períodos de *vesting*. Para este efeito, foi reconhecido como despesa o montante de R$ 987 no 1º trimestre de 2009.

A prática contábil anterior da Companhia consistia em reconhecer mensalmente, de maneira proporcional, o montante máximo de UI´s resgatáveis no exercício seguinte, levando-se em conta o valor intrínseco estimado da UVV de resgate. A partir do encerramento do exercício de 2008, passou-se a adotar o provisionamento durante o período de vesting, apurando-se o valor justo dos montantes relativos ao plano de incentivo, bem como divulgação detalhada de seus critérios. O saldo, nesse sentido, em 31 de março de 2009 era de R$ 14.674 (R$ 13.687 em 31 de dezembro de 2008).

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Saldo Total em 31.12.08			Saldo Prov. c/ Passivo em 31.12.08			Outorga entre 01.01 e 31.03.2009			Canceladas entre 01.01 e 31.03.09		
		Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total
Plano 1	Programa 1 (2005)	49.534	52,96	2.623	49.534	52,96	2.623	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 2 (2005)	58.837	57,38	3.376	58.837	57,38	3.376	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa NN (2005)	33.964	59,41	2.018	33.964	59,41	2.018	-	-	-	-	-	-
Plano 1	Programa 3 (2006)	67.431	49,30	3.325	67.431	49,30	3.325	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Programa 4 (2007)	377.464	12,87	4.858	153.141	11,35	1.739	-	-	-	-	-	-
Plano 2	Progrma 5 (2008)	336.843	12,82	4.320	76.451	10,86	830	-	-	-	-	-	-
	Custo aquisição UI's	-	-	(224)	-	-	(224)	-	-	-	-	-	-
	Total	924.073		20.296	439.358		13.687	-		-	-		-

		Exercidas entre 01.01 e 31.03.2009			Saldo Total em 31.03.09			Exercíveis em junho de 2009			Saldo Prov. c/ passivo em 31.03.09		
		Quantidade de UI's	Valor de res- gate da UI (R$)	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total	Quantidade de UI's	VJUMP (R$) em 31.12.08	Total
Plano 1	Programa 1 (2005	-	-	-	49.534	52,96	2.623	49.534	52,96	2.623	49.534	52,96	2.623
Plano 1	Programa 2 (2005)	-	-	-	58.837	57,38	3.376	39.598	52,96	2.097	58.837	57,38	3.376
Plano 1	Programa NN (2005)	-	-	-	33.964	59,41	2.018	21.114	55,62	1.175	33.964	59,41	2.018
Plano 1	Programa 3 (2006)	-	-	-	67.431	49,30	3.325	22.477	38,71	870	67.431	49,30	3.325
Plano 2	Programa 4 (2007)	-	-	-	377.464	12,87	4.858	-	-	-	209.222	12,13	2.538
Plano 2	Progrma 5 (2008)	-	-	-	336.843	12,82	4.320	-	-	-	91.503	11,12	1.018
	Custo aquisição UI	-	-	-	-	-	(224)	-	-	-	-	-	(224)
	Total	-		-	924.073		20.296	132.723		6.765	510.491		14.674

VJUMP (R$) = Valor Justo Unitário Médio Ponderado em Reais
Totais em milhares

Premissas utilizadas no cálculo do valor justo

Critérios de apuração de dados utilizados no modelo de avaliação		Dados
Preço corrente	Preço corrente da UVV com base em números realizados, conforme fórmula informada acima.	R$ 111,12 para os programas do Plano 1 e R$ 30,35 para os programas do Plano 2
Preço de exercício	Preço da UVV de resgate, com correções futuras estimadas, ambos de acordo com os critérios mencionados acima.	Para os programas 1, 2 e NN1, R$ 52,80 para 2009 e R$55,43 para 2010
		Para o programa 3, R$70,97 para 2009, R$74,50 para 2010 e R$77,89 para 2011
		Para o programa 4, R$25,55 para 2010, R$26,70 para 2011 e R$27,90 para 2012
		Para o programa 5, R$31,26 para 2011, R$32,65 para 2012 e R$34,09 para 2013
Tempo	Prazo decorrido entre a data base desta informação trimestral e prazo de resgate da tranche de cada Programa, conforme informado acima.	180 dias para os resgates de 2009 e 360 dias adicionais para cada ano seguinte
Volatilidade esperada	Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre 01.01.2003 até a data base desta informação trimestral.	2,66% a.d.
Dividend Yield	Logaritmo natural da média histórica anual entre 2003 e a data base desta informação trimestral.	3,43% a.a.
Taxa de juros livre de risco	Logaritmo natural da estimativa na data base desta informação do CDI para os períodos em análise obtida no site do Banco Central do Brasil.	12,20% (2009), 11,70% (2010), 11,00% (2011), 10,60% (2012) e 10,50% (2013)
Expectativa de cancelamento	Taxa histórica de cancelamento de UI´s até a data base de apuração desta informação trimestral.	2,21%
Expectativa de postergação de resgate	Taxa histórica de postergamento de resgate de UI´s até a data base de apuração desta demonstração financeiras.	68,09% no primeiro ano e 53,62% no segundo ano
Expectativa de exercício antecipado	As regras do plano não permitem realização de resgate antecipado.	
Modelo utilizado na avaliação	Black-Scholes-Merton	

18 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	31/12/08	31/03/09	31/12/08
Circulante				
COFINS	72	145	31.279	31.345
ISS	34	89	14.532	15.684
PIS	-	-	7.532	8.036
IRRF	-	-	2.036	4.506
Outros	84	87	3.279	3.709
	190	321	58.658	63.280

Não circulante				
COFINS	-	-	18.726	21.551
PIS	-	-	7.336	8.367
CSLL	-	-	1.078	1.172
IRPJ	-	-	216	281
	-	-	27.356	31.371

Em fevereiro de 2006, a AutoBAn e NovaDutra obtiveram o deferimento do parcelamento solicitado em 29 de dezembro de 2005, sobre a majoração da alíquota do PIS e COFINS. O parcelamento foi deferido em sessenta parcelas, com pagamento da primeira parcela em 31 de março de 2006, sendo as mesmas atualizadas mensalmente pela variação da Selic.

Em maio de 2008, a AutoBAn obteve junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o deferimento de parcelamento de passivos contingentes decorrentes de alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e de majoração da alíquota de COFINS, de 2% para 3%, referente ao período de 03/1999 a 09/2000. Esse parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, atualizadas mensalmente pela variação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

19 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	**31/12/08**	**31/03/09**	**31/12/08**
Circulante				
Comissões a pagar	-	-	8.086	11.970
Receitas acessórias a apropriar	-	-	11.716	9.969
Verbas contratuais	-	-	6.081	5.972
Indenizações a pagar	-	-	3.608	3.608
Seguros a pagar	-	-	2.635	3.408
Outros	74	74	4.124	3.662
	74	74	36.250	38.589
Não circulante				
Receitas acessórias a apropriar	-	-	2.670	2.853
Outros	899	899	899	899
	899	899	3.569	3.752

20 Provisão para contingências - consolidado

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/09	31/12/08
Circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	96	212
Trabalhistas e previdenciárias	1.410	2.284
	1.506	2.496
Não circulante		
Cíveis – Indenização aos usuários das rodovias	6.473	6.405
Trabalhistas e previdenciárias	579	571
Tributárias	22	22
	7.074	6.998

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R$ 194.337, em 31 de março de 2009 (R$ 192.488 em 31 de dezembro de 2008), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Existem também outras contingências passivas relativas às questões cíveis e trabalhistas, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas informações trimestrais.

Além de efetuarem depósitos judiciais, as controladas NovaDutra, AutoBAn, RodoNorte, ViaOeste, Ponte e ViaLagos contrataram fianças bancárias no montante de R$ 107.170 para os processos em andamento.

21 Arrendamento mercantil

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos 31/03/09	Pagamentos futuros mínimos 31/12/08
Até um ano	3.559	3.969
Acima de um ano e até cinco anos	176	156

A Companhia opera com 388 veículos de frota através de contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M.

A Companhia reconheceu os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	31/03/09	31/03/08
Despesas com arrendamento mercantil operacional	1.928	1.580

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital autorizado é de 480.000.000 ações ordinárias e o subscrito e integralizado é de 403.101.800 ações ordinárias.

b. Reservas de lucros

- *Reserva legal*

  É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros*

  É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

23 Instrumentos financeiros

Política

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como hedges exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de 100 % dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vincendos nos próximos 12 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos nos contratos de financiamento, a exemplo do BID para a ViaQuatro.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações trimestrais da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, conforme o quadro a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora							
	31/03/09				31/12/08			
	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	723.922	-	723.922	-	774.477	-	774.477
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	-	-	-	-	82	82
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures		-	(896.967)	(896.967)		-	(911.170)	(911.170)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.400)	(3.400)	-	-	(5.619)	(5.619)
Total	-	723.922	(900.367)	(176.445)	-	774.477	(916.707)	(142.230)

	Consolidado							
	31/03/09				31/12/08			
	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total	Valor justo através do resultado	Mantido para negociação	Custo amortizado (a)	Total
Ativos								
Aplicações financeiras	-	1.043.447	-	1.043.447	-	997.856	-	997.856
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	-	14.096	-	14.096	-	2.428	-	2.428
Contas a receber e outros recebíveis	-	-	100.030	100.030	-	-	103.912	103.912
Contas a receber com operações de hedge	39.883	-	-	39.883	51.860	-	-	51.860
Passivos								
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(1.166.264)	(1.166.264)	-	-	(946.398)	(946.398)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(219.564)	(219.564)	-	-	(230.250)	(230.250)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(267.613)	(267.613)	-	-	(176.612)	(176.612)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(128.793)	(128.793)	-	-	(131.132)	(131.132)
Debêntures	-	-	(2.153.003)	(2.153.003)	-	-	(2.237.701)	(2.237.701)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(160.750)	(160.750)	-	-	(201.966)	(201.966)
Contas a pagar de operações de hedge	(558)	-	-	(558)	(765)	-	-	(765)
Total	39.325	1.057.543	(3.995.957)	(2.899.089)	51.095	1.000.284	(3.820.147)	(2.768.768)

(a) Valores líquidos dos custos de transação

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/09		31/12/08		31/03/09		31/12/08	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	723.922	723.922	774.477	774.477	1.043.447	1.043.447	997.856	997.856
Conta reserva	-	-	-	-	14.096	14.096	2.428	2.428
Contas a receber	-	-	82	82	100.030	100.030	103.912	103.912
Fornecedores e Outras contas a pagar	3.400	3.400	5.619	5.619	160.750	160.750	201.966	201.966
Empréstimos	-	-	-	-	1.386.209	1.391.890	1.185.987	1.187.531
Debêntures	915.067	900.126	929.821	917.958	2.178.948	2.171.709	2.264.941	2.244.403
Financiamentos	-	-	-		406.400	406.400	307.744	307.744

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- **Contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar** – São classificadas como mantidas até o vencimento e mensuradas pelo método do custo amortizado.
- **Debêntures –** São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registradas pelo método do custo amortizado. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e tem volume insignificante de transações em um mercado secundário, não proporcionando, de acordo com entendimento da Administração da Companhia, informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA.
- **Empréstimos –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado. Esta classificação foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação e no entendimento da Administração, os valores mensurados ao custo amortizado refletem a informação contábil mais relevante. Para fins de divulgação, os empréstimos tiveram seus valores justos calculados com base nas projeções de índices futuros divulgados pela BM&F.
- **Financiamentos –** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo, UMBNDES – Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou à LIBOR. Conforme descrito na nota explicativa nº. 15 esses financiamentos são relativos a operações de "Project Finance" (financiamentos do BNDES e BID).

As operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto buscam realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da LIBOR relativa a empréstimos denominados em dólares norte-americanos, (2) da TJLP e CDI relativos a empréstimos em reais, (3) da Cesta de Moedas (UMBNDES) relativa a empréstimo em reais tomado com o BNDES, (4) IGP-M e CDI relativo às debêntures e (5) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 15 e 16.

As tarifas de pedágio e de metrô são atualizadas pela variação dos seguintes índices:

Controladas	**Índices de atualização (variação)**
AutoBan	100% do IGP-M
ViaOeste	100% do IGP-M
Renovias	100% do IGP-M
RodoAnel	100% do IPCA
ViaQuatro	Média ponderada, sendo: 50% IGP-M e 50% IPC
NovaDutra	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 13% da 36, 16% da 37, 20% da 38 e 51% da 39.
RodoNorte	Média ponderada de diversos índices, sendo: 10% do INCC (coluna 2), 10% do IGP-M e os seguintes componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil: 20% da 36, 20% da 37, 10% da 38 e 30% da 39.
Ponte	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 30% da 36, 30% da 37 e 40% da 39.
ViaLagos	Média ponderada de componentes (colunas) de índices (FGV) da construção civil, sendo: 15% da 36, 20% da 37, 15% da 38 e 50% da 39.

As colunas de índices da FGV mencionadas acima são relativas aos seguintes itens da construção civil:

Coluna 36	Obras de arte especiais (Pontes, viadutos e passarelas)
Coluna 37	Pavimento
Coluna 38	Terraplenagem
Coluna 39	Serviços de Consultoria

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto para a aquisição de insumos e a contratação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge (Swap)* para mitigar esses riscos.

As controladas financiam parte de suas operações com empréstimos em moeda estrangeira vinculados ao dólar (EUA), ao Iene (Japão) e ao Peso Mexicano (México), equivalentes em 31 de março de 2009, a R$ 358.351 (R$ 361.382 em 31 de dezembro de 2008) (nota explicativa nº. 15). Desse montante, as controladas contrataram operações de hedge (Swap) no valor de R$ 115.155 (R$ 200.787 em 31 de dezembro de 2008). O restante não está protegido por operações de hedge (swap) por se tratar da aplicação de recursos captados e investidos no exterior, exceto o montante de R$ 4.289, referente ao empréstimo vinculado à cesta de moedas do BNDES na controlada RodoNorte, bem como o financiamento do BID na controlada em conjunto ViaQuatro, que está em fase de negociação, com amortização do principal a partir de 2013.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem instrumentos financeiros derivativos com caráter especulativo, tampouco, os nomeados, instrumentos financeiros derivativos exóticos.

A Companhia (controladora) não contratou instrumentos financeiros derivativos no período de 31 de março de 2009 e no exercício de 2008.

A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia são relativos a contratos de hedge (swap) de dólar norte-americano (USD), Euros (EUR) e Ienes japoneses (JPY) por CDI.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As operações com derivativos têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento em moeda estrangeira, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de hedge e estão registrados pelo seu valor justo, por não ter atendido todas as condições para contabilização como hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são calculados projetando-se os fluxos futuros, de acordo com as taxas contratuais e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando as projeções para o cupom limpo, divulgado pela BM&F, relativo ao último dia útil imediatamente anterior à data do balanço, respeitando o prazo restante de cada operação, quando as operações protegem variações no dólar americano, ou por cálculo equivalente ao do cupom limpo em USD para as operações em outras moedas estrangeiras (Euro e Iene). Os valores justos foram determinados com base na curva ativa dos contratos, tendo sido adotado como valor justo para a curva passiva, os valores contábeis originais registrados pela curva. Essas estimativas não indicam necessariamente os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (*hedge*)

						Valores de Referência (Nocional)				Valor Justo	
	Contraparte	Tipo de hedge	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local	
						31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008
Ponte											
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a.	13.999	13.999	34.058	33.663	34.465	34.121
Posição passiva					109,7% do CDI			(24.723)	(23.961)	(24.723)	(23.961)
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a.	11.001	11.001	26.763	26.453	27.082	26.813
Posição passiva					109,7% do CDI			(19.428)	(18.828)	(19.428)	(18.828)
ViaLagos											
Posição ativa	Banco do Brasil	Valor Justo	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225%	4.032.258	4.032.258	88.905	100.479	93.078	102.539
Posição passiva					103,2% do CDI			(71.004)	(68.942)	(71.004)	(68.942)
ViaQuatro											
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a.	2.136	-	-	7.062	-	7.073
Posição passiva					100% do CDI			-	(6.967)	-	(6.967)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a.	3.533	-	-	8.263	-	8.272
Posição passiva					100% do CDI			-	(8.482)	-	(8.483)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a.	108	-	-	253	-	253
Posição passiva					100% do CDI			-	(259)	-	(259)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a.	3.536	-	-	8.264	-	8.278
Posição passiva					100% do CDI			-	(8.482)	-	(8.483)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a.	1.979	-	-	4.631	-	4.638
Posição passiva					100% do CDI			-	(4.753)	-	(4.753)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a.	742	-	-	1.737	-	1.741
Posição passiva					100% do CDI			-	(1.782)	-	(1.782)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a.	3.533	-	8.290	8.269	8.290	8.297
Posição passiva					100% do CDI			(8.728)	(8.482)	(8.728)	(8.483)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a.	73	-	-	240	-	240
Posição passiva					100% do CDI			-	(237)	-	(237)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a.	73	-	-	240	-	240
Posição passiva					100% do CDI			-	(237)	-	(237)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a.	73	-	226	240	227	240
Posição passiva					100% do CDI			(244)	(237)	(244)	(237)
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a.	2.968	-	9.127	-	9.087	-
Posição passiva					100% do CDI			(9.039)	-	(9.039)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a.	3.528	-	8.219	-	8.281	-
Posição passiva					100% do CDI			(8.219)	-	(8.219)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a.	3.536	-	8.239	-	8.239	-
Posição passiva					100% do CDI			(7.999)	-	(7.999)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a.	706	-	1.647	-	1.644	-
Posição passiva					100% do CDI			(1.703)	-	(1.703)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a.	742	-	1.737	-	1.746	-
Posição passiva					100% do CDI			(1.728)	-	(1.728)	-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a.	3.528	-		-		-
Posição passiva					100% do CDI				-		-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a.	3.536	-		-		-
Posição passiva					100% do CDI				-		-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a.	351	-		-		-
Posição passiva					100% do CDI				-		-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a.	3.528	-		-		-
Posição passiva					100% do CDI				-		-
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a.	73	-		240		239
Posição passiva					100% do CDI				(237)		(237)
								34.397	48.148	39.325	51.095

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

						Valores Brutos Liquidados		Efeito Acumulado				Resultado	
	Contraparte	Tipo de hedge	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Local - Recebidos (Pagos)		Valores a receber (recebido)		Valores a pagar (pago)		Efeito acumulado ganho / (Perda)	
						31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/12/2008	31/3/2009	31/3/2008
Ponte													
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a. 109,7% do CDI	-	-	9.742	10.160	-	-	(418)	(355)
Posição passiva													
Posição ativa	Banco ABN Amro Real	Valor Justo	14/07/2008	14/07/2009	USD + 6,13% a.a. 109,7% do CDI	-	-	7.654	7.985	-	-	(331)	(279)
Posição passiva													
ViaLagos													
Posição ativa	Banco do Brasil	Valor Justo	05/09/2007	20/08/2010	JPY + 5,8225% 103,2% do CDI	-	(1.666)	22.074	33.597	-	(1.666)	(11.523)	(3.289)
Posição passiva													
ViaQuatro													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	(647)	-	-	106	(647)	-	(753)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	03/02/2009	USD + 1,70% a.a. 100% do CDI	(266)	-	-	-	(266)	211	(55)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/02/2009	USD + 1,80% a.a. 100% do CDI	(15)	-	-	-	(15)	6	(9)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	19/02/2009	USD + 2,15% a.a. 100% do CDI	(329)	-	-	-	(329)	205	(124)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	USD + 2,2% a.a. 100% do CDI	(170)	-	-	-	(170)	115	(55)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	13/03/2009	USD + 2,7% a.a. 100% do CDI	(95)	-	-	-	(95)	41	(54)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	02/04/2009	USD + 3,30% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	438	186	(252)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	27/02/2009	EUR + 3,2% a.a. 100% do CDI	(22)	-	-	3	(22)	-	(25)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	31/03/2009	EUR + 4,1% a.a. 100% do CDI	(18)	-	-	3	(18)	-	(21)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/04/2009	EUR + 4,6% a.a. 100% do CDI	-	-	-	3	17	-	(20)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	30/04/2009	EUR + 0,4% a.a. 100% do CDI	-	-	48	-	-	-	48	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	31/03/2009	30/04/2009	USD + 12% a.a. 100% do CDI	-	-	63	-	-	-	63	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	23/03/2009	23/04/2009	USD + 1,6% a.a. 100% do CDI	-	-	241	-	-	-	241	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	11/05/2009	USD+ 0,7% a.a. 100% do CDI	-	-	-	-	59	-	(59)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	13/03/2009	14/04/2009	USD + 9% a.a. 100% do CDI	-	-	19	-	-	-	19	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	04/02/2009	03/03/2009	USD + 1% a.a. 100% do CDI	262	-	(262)	-	-	-	262	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	19/02/2009	23/03/2009	USD + 5% a.a. 100% do CDI	(333)	-	-	-	(333)	-	(333)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	27/02/2009	20/03/2009	EUR + 0,6% a.a. 100% do CDI	7	-	(7)	-	-	-	7	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	03/03/2009	31/03/2009	USD + 1,3% a.a. 100% do CDI	(385)	-	-	-	(385)	-	(385)	-
Posição passiva													
Posição ativa	Banco Bradesco	Valor Justo	15/12/2008	30/01/2009	EUR + 2,9% a.a. 100% do CDI	(24)	-	-	2	(24)	-	(24)	-
Posição passiva													
						(2.035)	(1.666)	39.570	51.859	(1.790)	(902)	(13.803)	(3.923)

Todos os instrumentos financeiros derivativos das controladas foram negociados em mercado de balcão.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia e suas controladas registraram perdas com instrumentos financeiros derivativos no 1º trimestre de 2009 e 2008, conforme o quadro abaixo:

Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado	
	31/03/09	**31/03/08**
	Resultado	**Resultado**
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(13.803)	(3.923)
Total	(13.803)	(3.923)

Ganhos/(perdas) de operações desreconhecidas como contabilidade de hedge

As operações de hedge (swap) da Companhia e de suas controladas foram reconhecidas no resultado do exercício, portanto não há operações que pudessem ser desreconhecidas como contabilidade de hedge.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Operação	Risco	Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
ViaQuatro				
Dívida em USD	Aumento da cotação do USD	55.124	68.905	82.685
		55.124	68.905	82.685
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(17.779)	(22.224)	(26.669)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do EUR	17.051	21.314	25.576
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(728)	(910)	(1.093)
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(54.346)	(67.932)	(81.518)
Banco Bradesco	Dívida - Aumento da cotação do USD	49.276	61.595	73.914
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	(5.070)	(6.337)	(7.604)
Ponte Rio-Niteroi				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(53.341)	(66.676)	(80.011)
Banco ABN Amro Real	Dívida - Aumento da cotação do dólar (USD)	62.950	78.688	94.425
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	9.609	12.012	14.414
ViaLagos				
Hedge de dívida em moeda estrangeira	Derivativo - Aumento da cotação do CDI	(80.668)	(100.835)	(121.002)
Banco do Brasil	Dívida - Aumento da cotação do Iene	97.396	121.746	146.096
	Efeito Líquido de Ganho ou (Perda)	16.728	20.911	25.094
As taxas de cotações e juros consideradas foram:				
	USD (1)	2,3297	2,9121	3,4946
	EUR (1)	3,0740	3,8425	4,6110
	JPY (1)	0,023217	0,029021	0,034826
	CDI (1)	11,08%	13,85%	16,62%

(1) As taxas apresentadas acima, se referem a 31/03/2009 e serviram como base para o cálculo. As mesmas foram atualizadas até o vencimento de cada um dos contratos seguindo as projeções de cupom limpo/variações da moeda para USD (divulgado pela BM&F) e cálculo equivalente foi adotado para JPY e EUR.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e instrumentos financeiros derivativos destinados a eliminar (ou mitigar) esses riscos.

No quadro acima, são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio, nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº. 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

			Consolidado		
Operação	**Risco**	**Empresa**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Passivos					
BID	Aumento da Libor	ViaQuatro	43.994	57.729	72.557
Debêntures	Aumento do IGP-M	AutoBAn	126.018	138.848	152.136
Debêntures	Aumento do IGP-M	ViaOeste	205.867	234.204	263.953
Debêntures	Aumento do IGP-M	RodoNorte	11.721	12.484	13.249
Debêntures	Aumento do IGP-M	NovaDutra	13.253	14.223	15.192
Debêntures	Aumento do CDI	AutoBAn	52.692	65.433	78.015
Debêntures	Aumento do CDI	ViaOeste	66.789	73.368	80.201
Debêntures	Aumento do CDI	CCR	28.799	35.221	41.555
Notas Promissórias	Aumento do CDI	RodoAnel	11.380	13.787	16.140
Capital de Giro	Aumento do CDI	CPC	1.205	1.448	1.693
BNDES	Aumento da TJLP	AutoBAn	51.710	52.155	52.601
BNDES	Aumento da TJLP	RodoNorte	4.167	4.191	4.215
BNDES	Aumento da TJLP	CPC	2.959	2.977	2.995
Unibanco	Aumento da TJLP	AutoBAn	3.704	3.726	3.749
Bradesco	Aumento da TJLP	AutoBAn	2.469	2.484	2.499
ABN Amro Real	Aumento da TJLP	AutoBAn	1.235	1.242	1.249
BNDES (Cesta de Moedas)	Aumento da UMBNDES	RodoNorte	478	629	704
			628.440	714.149	802.703

As taxas de juros consideradas foram (1):

CDI (2)	11,08%	13,85%	16,62%
TJLP (3)	6,25%	7,81%	9,38%
UMBNDES (4)	5,35%	6,68%	8,02%
IGP-M (5)	6,27%	7,84%	9,41%
LIBOR (6)	4,00%	5,00%	6,00%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas até os vencimentos de cada um dos contratos.
(2) Refere-se à taxa de 31/03/2009, conforme divulgado pela CETIP.
(3) Refere-se à TJLP da taxa do primeiro trimestre de 2009, conforme divulgado pelo BNDES.
(4) Refere-se à variação da anual da cesta de moedas do BNDES em 01/2009.
(5) Refere-se à variação anual da taxa em 31/03/2009, conforme divulgado pela Andima.
(6) Refere-se à taxa libor anual utilizada para cálculo dos juros do financiamento do BID em 31/03/2009.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos relativos ao Finame em virtude de não relevância dos valores, adicionado à taxa capitalizada variável da TJLP de aproximadamente 0,25% ao ano.

No quadro acima, são considerados três cenários de taxas de juros locais com os respectivos impactos nos resultados da Companhia e das suas controladas.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações de taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Além desse cenário, a CVM através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM, como cenários A e B, respectivamente.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

24 Cobertura de seguros

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial das informações trimestrais, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2009, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto foram resumidas conforme abaixo:

- Responsabilidade Civil - de R$ 15.000 a R$ 68.000;
- Riscos de Engenharia – Conservação e Manutenção - de R$ 10.137 a R$ 89.534;
- Riscos de Engenharia – Ampliação e Melhoramentos – de R$ 4.707 a R$ 122.803;
- Riscos Patrimoniais / Operacionais - de R$ 15.000 a R$ 500.000;
- Perda de Receita - R$ 13.000 a R$ 92.000.

25 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Decorrente do direito de outorga fixo

Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Valor nominal		Valor presente	
	31/03/09	**31/12/08**	**31/03/09**	**31/12/08**
AutoBAn	1.953.286	2.022.656	1.574.320	1.620.519
RodoAnel	1.155.176	1.385.562	1.080.367	1.303.842
ViaOeste	393.152	407.253	318.069	329.512
Renovias (*)	191.533	198.979	181.956	189.029
	3.693.147	4.014.450	3.154.712	3.442.902

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

Os compromissos das concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias serão pagos em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O compromisso da concessionária RodoAnel será pago em parcelas mensais e iguais até maio de 2010, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA em julho de cada ano.

Esses compromissos, atualizados até 31 de março de 2009, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2009	949.966	904.270
2010	692.264	641.673
2011	279.701	251.267
2012	279.701	240.220
Após 2013 até 2018	1.491.515	1.117.282
Total	3.693.147	3.154.712

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 305.051 referente ao direito de outorga fixa (R$ 55.978 no primeiro trimestre de 2008).

Decorrente do direito de outorga variável – AutoBAn, ViaOeste, RodoAnel e Renovias

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso, em 31 de março de 2009, era de R$ 8.637 (R$ 3.678 em 31 de março de 2008).

No decorrer do trimestre foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 13.838 referente ao direito de outorga variável (R$ 10.644 no primeiro trimestre de 2008).

b. Compromissos relativos às concessões – (não revisado)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, as controladas assumiram o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias, bem como adquirir o material rodante, implantar sistemas, operar e realizar manutenção da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Em 31 de março de 2009, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R$ 5.750.529 (R$ 5.953.156 em 31 de dezembro de 2008), a serem realizados até o final do prazo da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/09	**31/12/08**
RodoNorte	1.389.692	1.403.633
ViaQuatro	1.211.942	1.329.295
AutoBAn	1.189.746	1.237.634
ViaOeste	709.311	634.225
NovaDutra	504.347	512.373
RodoAnel	355.573	431.510
Renovias (*)	327.667	338.272
Ponte	50.891	55.565
ViaLagos	11.360	10.649
	5.750.529	5.953.156

(*) Trata-se de 100% do compromisso da concessionária.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c. Ativo imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão (não revisado)

A prática contábil adotada pelas concessionárias é a de não registrar o imobilizado transferido pelo Poder Concedente à concessão; entretanto é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A segregação foi realizada com base em laudo de avaliação emitido por empresa independente e especializada. A posição consolidada está demonstrada conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação/ amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido 31/03/09	Líquido 31/12/08
Imobilizado transferido:					
Serviços iniciais	3,49	22.069	11.484	10.585	10.970
Terraplanagem	5,56	130.233	80.848	49.385	53.002
Pavimentação	14,29	197.770	197.770	-	-
Obras de arte correntes	8,33	39.924	37.139	2.785	4.449
Obras de arte especiais	8,33	255.934	238.078	17.856	28.520
Sinalização e segurança	25	15.328	15.328	-	-
Obras complementares	6,25	7.228	5.045	2.183	2.409
Recomposição ambiental e outros	10	8.673	8.673	-	-
Equipamentos de arrecadação e pesagem	25	9.500	9.500	-	-
Delegação dos serviços públicos (*)	3,59	3.541.226	838.609	2.702.617	2.738.730
		4.227.885	1.442.474	2.785.411	2.838.080

(*) Refere-se à delegação dos serviços públicos das concessionárias RodoAnel, AutoBAn, ViaOeste, ViaLagos e Renovias (40%). Parte do custo da delegação dos serviços públicos está registrada como pagamentos antecipados relacionados à concessão, conforme nota explicativa nº.9.

d. Obras a executar - ViaOeste

	31/03/09	31/12/08
Não circulante	9.581	10.254

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e de Brigadeiro Tobias para a controlada ViaOeste.

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº.11, de 08 de dezembro de 2006, quando o total das retenções atingisse o montante de R$ 98.303, a controlada deveria voltar a depositar o saldo remanescente do ônus fixo, após efetuar as compensações previstas nos itens 3.1 e 3.2 do

Termo Aditivo e Modificativo nº. 7/2004. O total de retenções foi atingido no terceiro trimestre de 2008 e a controlada passou a depositar o ônus fixo.

26 Eventos subsequentes

Venda de participação acionária na Northwest Parkway

Em 04 de maio de 2009 a controlada CCR-USA firmou Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa Autoestradas de Portugal S.A., para a venda da totalidade de sua participação de 10% no capital social na Northwest Parkway, LLC, no valor de US$ 29.143 mil.

A concessionária é responsável pela exploração da concessão que tem extensão aproximada de 14 km, encontra-se em operação desde novembro de 2003 e integra o anel viário da cidade de Denver, no estado do Colorado, EUA.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27 Demonstração do Valor Adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008

	Controladora		Consolidado	
	31/03/09	**31/03/08**	**31/03/09**	**31/03/08**
Receitas				
Serviços prestados	17.012	16.653	774.414	668.091
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(4.826)	(5.757)	(110.311)	(106.922)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.871)	(9.705)	(32.911)	(11.975)
Valor adicionado bruto	6.315	1.191	631.192	549.194
Depreciação e amortização	(1.799)	(2.045)	(99.219)	(85.403)
Valor adicionado (reduzido) líquido gerado pela Companhia	4.516	(854)	531.973	463.791
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	166.318	166.999	-	-
Receitas financeiras	29.797	14.628	67.977	43.413
Valor adicionado total a distribuir	200.631	180.773	599.950	507.204
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	8.683	7.809	43.866	34.466
Benefícios	1.547	1.177	10.280	7.900
FGTS	432	447	2.693	2.193
Outras	67	68	713	527
Tributos				
Federais	2.070	2.231	151.292	121.028
Estaduais	-	-	389	334
Municipais	150	176	26.662	22.544
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	31.188	6.197	141.842	104.962
Aluguéis	553	491	3.708	2.650
Outorga	-	-	60.927	45.889
Remuneração de capitais próprios				
Lucros retidos do exercício	155.941	162.177	155.941	162.177
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	1.637	2.534
Valor adicionado distribuído total	200.631	180.773	599.950	507.204

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) é uma holding criada para administrar investimentos em infra-estrutura no país e no exterior. No momento, a Companhia mantém investimentos em concessões rodoviárias e metroviárias no país e no exterior, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionadas às operações. Ver o comentário de desempenho consolidado.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultados do 1° Trimestre de 2009

A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a maior empresa de concessões de rodovias do Brasil em termos de receita, divulga seus resultados do 1º trimestre de 2009.

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em reais, de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 1T08.

Os resultados das concessionárias Renovias e RodoAnel Oeste passaram a ser incorporados na CCR a partir de junho de 2008 e 17 de dezembro de 2008, respectivamente.

Apresentação dos Resultados

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

Para fins de divulgação das informações trimestrais comparativas, a Companhia seguiu a Deliberação CVM 506 de 19 de Junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação e, consequentemente, reapresentando as informações do primeiro trimestre de 2008.

Principais Destaques

- O tráfego cresceu 17,7% no 1T09. Comparando-se a mesma base de tráfego, i.e., sem a adição da Renovias e RodoAnel Oeste, o tráfego apresentou queda de 2,0% no 1T09.
- A Receita Líquida alcançou R$ 716,0 milhões (+15,4%) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, a Receita Líquida alcançou R$ 673,4 milhões (+8,5%).
- O EBIT atingiu R$ 345,7 milhões (+9,8%) no 1T09. A margem EBIT alcançou 48,3% (-2,4 p.p.) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o EBIT atingiu R$ 337,7 milhões (+7,3%) e a margem EBIT alcançou 50,1% (-0,6 p.p.).
- O EBITDA atingiu R$ 454,8 milhões (+13,1%) no 1T09. A margem EBITDA alcançou 63,5% (-1,3 p.p.) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o EBITDA atingiu R$ 429,6 milhões (+6,8%) e a margem EBITDA alcançou 63,8% (-1,0 p.p.).
- O Lucro Líquido atingiu R$ 155,9 milhões (-3,9%) no 1T09. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Lucro Líquido atingiu R$ 181,1 milhões (+11,7%).

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- O número de usuários da STP (arrecadação eletrônica) expandiu-se em 47,4%, em relação ao 1T08, atingindo 1.427 mil tag's ativos.
- No dia 15 de abril de 2009, foi aprovada a distribuição complementar de dividendos relativos ao ano de 2008, proposta pela diretoria, no valor de R$ 0,25 por ação, distribuídos a partir do dia 30 de abril e R$ 0,10 até o final de 2009, que resultou em um "payout" de 76,3%, referente ao exercício fiscal de 2008.
- No dia 4 de maio de 2009, a companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que foi firmado um Contrato de Compra e Venda de Ações, irrevogável e irretratável, com a Brisa – Autoestradas S.A., para a venda da totalidade de participação da CCR (10% do capital social) na empresa Northwest Parkway, LLC, no valor de US$ 29,1 milhões.

Indicadores Financeiros (R$ MM)	**1T08 Reclassificado**	**1T09**	**Var %**
Receita Líquida	620,4	716,0	15,4%
EBIT	314,7	345,7	9,8%
Mg. EBIT	*50,7%*	*48,3%*	*-2,4 p.p.*
EBITDA	402,2	454,8	13,1%
Mg. EBITDA	*64,8%*	*63,5%*	*-1,3 p.p.*
Lucro Líquido	162,2	155,9	-3,9%
Div. Liq./ EBITDA últ. 12m.	0,72x	1,57x	-
EBITDA / CAPEX	3,89x	2,86x	-
EBITDA / Juros e Variações Monetárias	5,94x	4,10x	-

Comentário do Presidente

Renato Alves Vale: "Temos grande satisfação em dar publicidade a todos os nossos acionistas, ao mercado, colaboradores, usuários e ao público interessado os significativos resultados que a CCR obteve no primeiro trimestre de 2009.

"O cenário econômico desfavorável que se iniciou no Brasil no último trimestre de 2008 trouxe importantes desafios de negócio para o ano de 2009. Diante deste cenário a CCR ratificou prioridades de curto prazo, quais sejam: a preservação da liquidez e o financiamento de longo prazo do RodoAnel, a manutenção das margens e a contínua criação de valor aos nossos acionistas. No longo prazo, a recente revisão do planejamento qüinqüenal indica claramente a opção pelo

crescimento sustentável, com importante aumento de receitas, das margens e da distribuição de valor aos nossos acionistas.

"Apesar da contundente desaceleração na atividade industrial vista nos últimos meses, a CCR tem demonstrado que seu modelo de negócio está baseado em um portfólio de ativos com grande resistência a reveses econômicos, seja pelo mix entre veículos leves e comerciais, seja pela diversidade dos produtos transportados.

"Enfatizamos mais uma vez que a baixa alavancagem da companhia, demonstrada pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA, sem instrumentos especulativos ou derivativos de risco, aliada ao perfil conservador da gestão de caixa, nos permite estar em posição favorável para melhor suportar as turbulências, bem como avaliar as oportunidades que poderão acontecer.

"Apoiados na experiência acumulada com contratos administrados, na capacidade financeira de nossa empresa e no mercado de capitais, seguimos confiantes no contínuo crescimento seletivo e rentável, sempre pautado na criação de valor para nossos acionistas e na viabilização de soluções e investimentos em infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do país."

Receita Bruta (+15,9%)

Receita Bruta de Pedágio (R$ 000)	**1T08**	**1T09**	**Var %**
AutoBAn	240.675	258.470	7,4%
NovaDutra	173.832	182.603	5,0%
RodoNorte	78.272	83.509	6,7%
Ponte	23.711	25.984	9,6%
ViaLagos	16.268	19.302	18,6%
ViaOeste	107.649	121.572	12,9%
Renovias	-	20.519	-
RodoAnel	-	26.186	-
Total	**640.407**	**738.145**	**15,3%**
% Receitas Totais	**95,9%**	**95,4%**	

Outras Receitas	**1T08**	**1T09**	**Var %**
Total	**16.520**	**15.801**	**-4,4%**
% Receitas Totais	**2,5%**	**2,0%**	

Receitas Brutas da Gestão de Meios Eletrônicos de Pagto	**1T08**	**1T09**	**Var %**
STP	**11.164**	**20.468**	**83,3%**
% Receitas Totais	**1,7%**	**2,6%**	

Total da Receita Bruta	**668.091**	**774.414**	**15,9%**

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A contabilização da concessionária Renovias se dá proporcionalmente, ou seja, consolidação de 40%, refletindo a participação da CCR na concessionária. O mesmo ocorre na STP, onde a CCR possui participação de 38,25%. Em todas as outras concessionárias a CCR reporta 100% da receita.

No 1T09, os meios eletrônicos representaram 53,2% das receitas de pedágio e cresceram 21,3% em relação ao ano anterior. O sistema "Sem Parar" atingiu 1.427 mil tag's ativos no 1T09, apresentando uma expansão de 47,4%, em relação à posição final do 1T08 e 9,5% em relação ao 4T08.

Receita Líquida (+15,4%)

A Receita Líquida consolidada cresceu 15,4% no 1T09, quando comparada com o mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 716,0 milhões.

As Deduções sobre a Receita Operacional Bruta aumentaram 22,6% no 1T09, quando comparado com o 1T08, representando 7,5% da Receita Bruta do trimestre. O aumento das deduções ocorreu em linha com a evolução relacionada aos novos negócios.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Tráfego (+17,7%)

Desempenho das Concessionárias	1T08	1T09	Var %
Tráfego - Veículos Equivalentes[1]			
AutoBAn	49.260.503	47.598.837	-3,4%
NovaDutra	31.788.832	30.459.327	-4,2%
RodoNorte	14.533.489	14.169.014	-2,5%
Ponte	6.774.462	6.837.977	0,9%
ViaLagos	1.726.130	1.834.515	6,3%
ViaOeste	14.731.090	14.872.279	1,0%
Renovias[2]	-	5.906.241	
RodoAnel	-	21.821.430	
Consolidado CCR[3]	**140.320.056**	**165.209.873**	**17,7%**
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel		**137.482.203**	**-2,0%**
Tarifa Média (em R$ / veic. equiv.)[4]			
AutoBAn	4,89	5,43	11,1%
NovaDutra	5,47	5,99	9,6%
RodoNorte	5,38	5,89	9,6%
Ponte	3,50	3,80	8,6%
ViaLagos	9,42	10,52	11,6%
ViaOeste	7,31	8,17	11,9%
Renovias		3,47	
RodoAnel		1,20	
Consolidado CCR	**4,56**	**4,47**	**-2,0%**
Consolidado CCR sem Renovias e RodoAnel		**5,03**	**10,3%**

1- Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado).

2- A quantidade de veículos equivalentes da concessionária Renovias refere-se à participação de 40% da CCR na concessionária.

3- No consolidado da CCR, as concessionárias que cobram pedágio em apenas um sentido da rodovia (ViaOeste e Ponte) apresentam os seus volumes de tráfego dobrados, para se ajustarem a àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento se fundamenta no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

4- Tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária e consolidado.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Composição do Tráfego das Concessionárias

Veículos Equivalentes	1T09	
	Leves	Comerciais
AutoBAn	47,9%	52,1%
NovaDutra	29,7%	70,3%
Rodonorte	27,3%	72,7%
Ponte	82,6%	17,4%
Lagos	82,7%	17,3%
ViaOeste	52,8%	47,2%
RodoAnel	61,5%	38,5%
RenoVias	53,9%	46,1%
Consolidado CCR	60,4%	39,6%
Consolidado CCR sem Renovias e Rodoanel	46,7%	53,3%

Analisando o desempenho do tráfego no trimestre observa-se que o mesmo foi influenciado pela queda da atividade econômica e pelo efeito calendário; cabe ressaltar que mesmo com esses efeitos as concessionárias Ponte, ViaLagos e ViaOeste apresentaram crescimento de tráfego em relação ao 1T08.

O principal efeito no calendário do 1T09 foi o fato de fevereiro ter tido um dia a menos em relação ao ano passado (2008 foi um ano bissexto). O impacto desse efeito no trimestre equivale a aproximadamente -1,2% no tráfego consolidado. Outro efeito relativo a calendário no 1T09 foi o fato do feriado de Páscoa ter ocorrido em 2008 no primeiro trimestre e, em 2009, no segundo trimestre (+0,3%).

Analisando-se detalhadamente o efeito do feriado de Páscoa, verifica-se que este favoreceu o tráfego de veículos comerciais em +1,2% e o tráfego de veículos de passeio foi prejudicado em -0,9%. O efeito combinado pela ausência do feriado de Páscoa no 1T09 foi +0,3% no tráfego total.

Combinando-se o efeito de um dia a menos em fevereiro de 2009 (-1,2%) com a ausência do feriado de Páscoa (+0,3%) no 1T09, tem-se um efeito calendário consolidado de -0,9%, significando que a queda verificada de -2%, em bases comparáveis, foi de apenas -1,1%, esta sendo atribuída ao efeito da atividade econômica.

Dentre os fatores específicos que contribuíram para as variações apresentadas pelas concessionárias, destacam-se:

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(i) **AutoBAn (-3,4%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+0,8%), apesar do efeito negativo do calendário (-2,3%) para essa categoria de veículos. Desconsiderando-se esse efeito, o crescimento estimado do tráfego de passeio foi da ordem de +3,1% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -6,9%, atribuindo-se -6,7% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e -0,2% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

(ii) **NovaDutra (-4,2%)** – Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre (-1,3%) fortemente influenciada pelo efeito calendário dos feriados (-3,2%). Expurgando-se esse efeito, o crescimento estimado foi da ordem de +1,9% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -5,4%, atribuindo-se -4,9% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e -0,5% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

(iii) **ViaOeste (+1,0%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+1,1%), apesar do efeito negativo do calendário (-2,5%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +3,6% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -0,6%, atribuindo-se -0,9% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e +0,3% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

(iv) **RodoNorte (-2,5%)** – Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre (-1,6%), fortemente influenciada pelo efeito calendário (-3,8%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +2,2% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -2,9%, atribuindo-se -3,6% à queda das exportações e +0,7% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto. O tráfego comercial continua sendo impactado pela redução na exportação dos produtos agropecuários, principalmente o milho e a carne, assim como a baixa importação de fertilizantes devido aos elevados preços dolarizados.

(v) **ViaLagos (+6,3%)** – O tráfego de veículos de passeio apresentou grande crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (+6,1%), apesar do efeito negativo do calendário (-4,1%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +10,2% no trimestre. A apreciação do dólar e a incerteza com relação à crise fomentaram o turismo interno. Os veículos comerciais também apresentaram grande crescimento (+6,9%) devido à necessidade de abastecimento para atender à demanda de turismo na região dos Lagos. Expurgando-se o efeito calendário (-4,1%), o crescimento do tráfego de veículos comerciais estimado foi da ordem de +11% no trimestre.

(vi) **Ponte (+0,9%)** – Os veículos de passeio apresentaram crescimento no trimestre (+0,9%), apesar do efeito negativo do calendário (-0,5%). Expurgando-se esse efeito, o crescimento estimado foi da ordem de +1,4% no trimestre. Os veículos comerciais também apresentaram crescimento (+1,2%), atribuindo-se +2% à atividade econômica e -0,8% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto. Os tráfegos de veículos de passeio e também o de veículos comerciais apresentaram crescimento no trimestre devido, principalmente, à característica de tráfego pendular com alta concentração no setor de serviços.

(vii) **Renovias (-2,4%)** – Os veículos de passeio apresentaram queda no trimestre de -0,6% fortemente influenciada pelo efeito calendário (-3,1%). Expurgando-se esse efeito o crescimento estimado foi da ordem de +2,5% no trimestre. Os veículos comerciais sofreram redução de tráfego de -4,5%, atribuindo-se -4,8% à queda generalizada da produção industrial (influenciada pela redução no ciclo de estoque e fortes restrições de crédito) e queda das exportações e +0,3% ao efeito calendário, combinação de feriados e ano bissexto.

(viii) **RodoAnel** – A redução de congestionamentos nas vias alternativas, ocasionada pela queda da atividade econômica, propiciou a utilização destas vias, e foi a principal responsável pelo desempenho do tráfego registrado durante o trimestre. A expectativa é que o retorno deste tráfego para o RodoAnel seja gradual, após o reconhecimento, pelos usuários, dos benefícios de custo, tempo e segurança proporcionados pela concessionária. Esta recuperação é chamada de efeito "ramp-up" e, no caso do RodoAnel, verifica-se claramente sua ocorrência, dados os crescimentos de tráfego de 5,8% registrado em Janeiro sobre Dezembro, de 7,6% em Fevereiro sobre Janeiro e de

6,3 em Março sobre Fevereiro. Dessa forma, nossa estimativa para 2009 é que o tráfego do RodoAnel fique, aproximadamente, 13% aquém da projeção inicial.

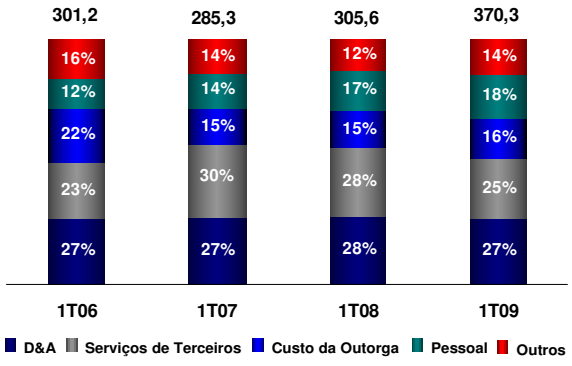
Custos Totais[1] (+21,2%)

Os Custos Totais (Custo dos Serviços Prestados somados às Despesas Administrativas, e Outras Despesas e Receitas Operacionais) atingiram R$ 370,3 milhões (+21,2%) no 1T09. Excluindo-se a incorporação das concessionárias Renovias e RodoAnel, os Custos Totais atingiram R$ 335,7 milhões (+9,8%). Os principais motivos dessas variações são discutidos a seguir:

As despesas de Depreciação e Amortização somaram R$ 99,2 milhões (+16,2%) no 1T09. Essa majoração refere-se à maior transferência de ativo em andamento para ativo definitivo (e, consequentemente, início da depreciação) na AutoBAn e NovaDutra, e amortização do ágio pago na aquisição de participação de 40% na Renovias. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, a Depreciação e Amortização somaram R$ 89,7 milhões (+5,0%).

O Custo da Outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) atingiu R$ 60,9 milhões no 1T09, registrando um aumento de 32,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O aumento na parcela variável é resultado do crescimento da receita, já o da parcela fixa resulta do reajuste ocorrido em julho/08 nas concessionárias AutoBAn, ViaOeste e Renovias. O custo da outorga (somado à apropriação de despesas antecipadas) distribuído por concessionária no 1T09 foi: R$ 38,2 milhões na AutoBAn, R$ 11,9 milhões na ViaOeste, R$ 294 mil na ViaLagos, R$ 2,1 milhões na Renovias e R$ 8,4 milhões no RodoAnel Oeste. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo da Outorga atingiu R$ 50,4 milhões (+9,8%).

Evolução dos Custos Totais (R$ MM)



O Custo de Serviços de Terceiros, atingiu R$ 91,6 milhões (+7,4%) no 1T09. Esse aumento deveu-se à manutenção em sistemas de comunicação, softwares e equipamentos na RodoNorte,

[1] Custos Totais = Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

e a maior conservação de rotina na NovaDutra, RodoNorte e ViaOeste, sendo nesta última devido a incorporação do trecho do Cebolão e Marginal Tietê. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo de Serviços de Terceiros atingiu R$ 88,2 milhões (+3,3%).

O Custo com Pessoal atingiu R$ 64,9 milhões, apresentando um aumento de 26,5% em relação ao 1T08. Esse crescimento deveu-se principalmente aos seguintes fatores: dissídio de 4% ocorrido em março/09 e ao aumento do quadro de funcionários (+647 funcionários), principalmente nas Concessionárias RodoAnel e ViaQuatro bem como a consolidação proporcional da Renovias. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Custo com Pessoal atingiu R4 58,9 milhões (+14,8%).

Os Outros Custos (materiais, seguros, aluguéis, marketing, viagens e meios eletrônicos de pagamentos) atingiram R$ 53,5 milhões (+42,3%) no 1T09. Esse aumento deveu-se ao aumento do consumo de material para manutenção e conservação de rotina. Também contribuiu para este aumento as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, pois o "Resultado Não Operacional" passou a ser classificado para "Outras Despesas" impactando desta forma o item "Outros Custos". Excluindo-se Renovias e RodoAnel, os Outros Custos atingiram R$ 48,5 milhões (+28,8%).

EBITDA (+13,1%)

Reconciliação EBITDA (R$ MM)	**1T08 Reclassificado**	**1T09**	**Var %**
Lucro Líquido	**162,2**	**155,9**	**-3,9%**
(+) Participação dos Minoritários	2,5	1,6	-35,4%
(+) IR e CS	87,7	105,2	19,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	62,3	82,9	33,1%
(+) Depreciação e Amortização[1]	87,4	109,2	24,9%
EBITDA	**402,2**	**454,8**	**13,1%**
Margem EBITDA	**64,8%**	**63,5%**	**-1,3 p.p.**

1 - Inclui as despesas antecipadas

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido (R$ MM)	1T08 Reclassificado	1T09	Var %
Resultado Financeiro Líquido	**(62,3)**	**(82,9)**	**33,0%**
Despesas Financeiras:	**(105,7)**	**(150,9)**	**42,7%**
- Variação Cambial	(12,8)	(5,5)	-57,2%
- Perda com Operação de Swap	(18,3)	(18,6)	1,5%
- Variação Monetária	(19,4)	(1,7)	-91,3%
- Juros Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(48,4)	(110,8)	128,8%
- Outras Despesas Financeiras	(6,8)	(14,3)	109,5%
Receitas Financeiras:	**43,4**	**68,0**	**56,6%**
- Ganho com Operação de Swap	14,4	4,8	-66,8%
- Variação Cambial	6,1	18,0	196,8%
- Variação Monetária	-	8,3	n.m.
- Outras (Juros e Rendimentos de Aplicações)	23,0	36,9	60,8%

As concessionárias Ponte e ViaLagos possuem empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade 2770, devidamente protegidas por contratos de swap. Os contratos de swap em vigor protegem a empresa dos riscos de variação cambial (curva ativa do contrato de swap) em troca do pagamento da variação de um determinado percentual do CDI em igual período (curva passiva do contrato de swap). Esses instrumentos financeiros de proteção são demonstrados detalhadamente na Nota Explicativa n° 23 das Demonstrações Financeiras do ITR, conforme Deliberação CVM 550/08.

Quando a diferença entre a variação da moeda estrangeira mais os juros relativos ao contrato de swap (curva ativa) e a variação do CDI relativa ao contrato de swap (curva passiva) é positiva, o ganho com operação de swap é contabilizado em receitas financeiras. Quando ocorre o inverso, a perda com operação de swap é contabilizada em despesas financeiras. A diferença entre as curvas ativa e passiva, ou seja, o valor líquido do swap, no trimestre resultou perda de R$ 13,8 milhões. A variação cambial por sua vez, é contabilizada mensalmente como receita ou despesa financeira, dependendo da oscilação do Real frente às outras moedas nesse período.

O resultado positivo de R$ 6,6 milhões do item “Variação Monetária” deveu-se à variação do IGP-M no período (-0,92% no 1T09 contra +2,38% no 1T08).

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O aumento do item "Juros de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures" deveu-se ao aumento do estoque da dívida em 99,4%, comparado ao 1T08. O aumento da dívida deve-se principalmente aos empréstimos de curto prazo da concessionária RodoAnel.

O aumento do item "Outras Despesas Financeiras" (taxas, tarifas e comissões) deveu-se principalmente aos juros e IOF da NovaDutra decorrentes do mútuo cedido pela CCR.

O aumento do item "Receitas financeiras" deveu-se à maior receita com variação cambial e monetária, além da melhor performance dos rendimentos sobre as aplicações financeiras.

Lucro Líquido (-3,9%)

A CCR consolidada apresentou um Lucro Líquido de R$ 155,9 milhões no 1T09, comparado a R$ 162,2 milhões no 1T08. Essa variação deve-se principalmente ao aumento da despesa financeira, resultado do maior estoque da dívida. Excluindo-se Renovias e RodoAnel, o Lucro Líquido atingiu R$ 181,1 milhões (+11,7%).

Endividamento

O aumento da dívida bruta deveu-se à entrada no 1T09 de R$ 184 milhões, conclusão da 2ª emissão de notas promissórias do RodoAnel Oeste iniciada no 4T08 no valor total de R$ 460 milhões bem como a entrada de R$ 110 milhões de empréstimo do BNDES para a concessionária AutoBAn.

De acordo com as melhores práticas de finanças na indústria de infraestrutura e visando maximizar o retorno de nossos acionistas, a Companhia usualmente estrutura financiamentos de longo prazo na modalidade de *project finance* com a participação de organismos multilaterais para os novos negócios. Para permitir essa estruturação, que exige um determinado período de negociação, inicialmente é necessário a adoção de financiamentos de curto prazo, posteriormente substituídos por financiamento tipo *project finance*, que, entre outras características, possui endividamento de longo prazo e compatível com os retornos esperados.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

(R$ MM)	dez/08	mar/09
Dívida Bruta (1)	**3.722,1**	**3.935,2**
% Moeda Nacional	90%	91%
% Moeda Estrangeira	10%	9%
Curto Prazo	**1.761,8**	**2.015,6**
% Moeda Nacional	93%	93%
% Moeda Estrangeira	7%	7%
Longo Prazo	**1.960,3**	**1.919,6**
% Moeda Nacional	88%	87%
% Moeda Estrangeira	12%	13%
Caixa, Aplicações Financeiras e Conta Reserva	**1.040,3**	**1.086,0**
% Moeda Nacional	100%	100%
Ajuste de swap a receber (pagar)	**51,1**	**39,3**
Dívida Líquida	**2.630,7**	**2.809,9**

(1) A dívida bruta está reduzida dos custos totais de transação incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, de acordo com as adequações à nova legislação societária.

Composição da Dívida (R$ MM)	Indexador	Custo Médio	Março/2009	%
BNDES	TJLP	TJLP + (1,7% - 5,5%)	267,6	7%
Debêntures	IGP-M	IGP-M + (7,6% - 11%)	744,7	19%
Debêntures	CDI/ Pré	CDI + 1,6%; 103,3% a 105% do CDI; 14,75%	1.434,2	36%
Notas Promissórias	CDI	CDI + (1,18% - 1,25%)	1.159,5	29%
Moeda Estrangeira	US$	cesta de moedas + 5,0%; US$ + 5,05% - 6,13%	135,0	3%
Moeda Estrangeira	IENE	IENE + 5,8225%	88,9	2%
BID	LIBOR	LIBOR + (1,9% - 2,8%)	134,5	3%
Outros	CDI	CDI + (0,275% a.m.)	7,2	0%
Total			**3.971,6**	**100%**

Calendário de Amortização da Dívida		
Período	**R$ MM**	**% Total**
2009	1.857,3	47%
2010	554,9	14%
2011	330,3	8%
2012	213,2	5%
2013	267,0	7%
2014	132,8	3%
2015	94,7	2%
2016	185,0	5%
2017	169,7	4%
2018	166,7	4%
Total	3.971,6	100%

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Investimentos

No 1T09, os investimentos somaram R$ 159,1 milhões. A AutoBAn investiu principalmente nas obras do Complexo Anhangüera. A NovaDutra investiu na recuperação do pavimento e sinalização. A ViaOeste investiu na implantação das vias marginais do km 95 ao 105, no entroncamento com a estrada do Marmeleiro, na reconfiguração do Complexo do Cebolão, na conservação especial de obras de arte e recuperação do pavimento. O investimento do RodoAnel deveu-se aos desembolsos decorrentes da construção das praças de pedágio. A RodoNorte investiu em conservação especial e recuperação do pavimento. A ViaQuatro continua em fase pré-operacional e realizando o adiantamento para pagamento dos fornecedores de sistemas e material rodante.

CAPEX (R$ MM)	1T08	1T09	2009(E)*	2010 (E)*
AutoBAn	34,3	67,9	337,2	498,5
NovaDutra	29,4	32,9	161,1	196,0
ViaOeste	13,6	15,8	302,0	162,4
RodoNorte (100%)	8,2	15,3	83,4	96,8
Ponte	3,0	0,8	12,5	18,2
ViaLagos	0,1	0,9	9,5	12,0
ViaQuatro (58%)	12,9	1,9	158,9	123,1
Renovias (40%)		3,9	36,0	26,3
RodoAnel (100%)		16,5	53,3	45,5
Outras[1]	1,7	3,1	23,9	19,2
Consolidado	**103,2**	**159,1**	**1.177,8**	**1.198,0**

1 - Inclui CCR, CCR México, CCR USA, Actua, Engelog, Parques e STP.

* Refere-se à participação da CCR nas concessionárias.

Os investimentos nas concessionárias AutoBAn e ViaOeste nos anos de 2009 e 2010, demonstrados no quadro acima, contemplam aditivos contratuais, discutidos com a agência reguladora, em fase de reequilíbrio nas formas previstas em contrato. Assim, dentre os valores totais da concessionária AutoBAn, temos R$ 30,4 milhões no ano de 2009 e R$ 69,5 milhões em 2010. A ViaOeste, por sua vez, possui R$ 220,8 milhões em 2009 e R$ 29,0 milhões em 2010 em situação semelhante.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
01	CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	00.861.626/0001-92	ABERTA CONTROLADA	100,00	15,82
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		128.766.175		128.766.175	
02	CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	02.451.848/0001-62	ABERTA CONTROLADA	100,00	29,13
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		174.999.989		174.999.989	
03	CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	01.612.234/0001-52	FECHADA CONTROLADA	100,00	1,19
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		35.167.988		35.167.988	
04	CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	00.358.042/0001-07	FECHADA CONTROLADA	100,00	2,07
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		19.421.329		19.421.329	
05	RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	02.221.531/0001-30	ABERTA CONTROLADA	85,92	8,54
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.846.936.430		1.846.936.430	
06	PARQUES SERVIÇOS LTDA.	03.910.714/0001-25	FECHADA CONTROLADA	85,92	0,04
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.592		8.592	
07	ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	05.397.412/0001-20	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,09
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
08	ACTUA ASSESSORIA LTDA.	05.410.674/0001-88	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,68
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	
09	ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	05.455.633/0001-08	FECHADA CONTROLADA	99,90	0,30
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		9.990		9.990	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA		8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Unidades)		9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Unidades)	
10	SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	05.699.264/0001-07	FECHADA CONTROLADA	38,25	0,39
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		8.528.832		8.528.832	
11	CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	02.415.408/0001-50	ABERTA CONTROLADA	100,00	16,51
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		13.976.292.236		13.976.292.236	
12	CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,18
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		4.100.000		4.100.000	
13	CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	07.682.638/0001-07	FECHADA CONTROLADA	58,00	0,84
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		63.572.141		63.572.141	
14	CCR - USA, LLC.	. . / -	FECHADA CONTROLADA	100,00	-0,14
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		200		200	
15	CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	09.387.725/0001-59	FECHADA CONTROLADA	95,00	-1,72
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		44.192.133		44.192.133	
16	COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	09.367.702/0001-82	FECHADA CONTROLADA	99,00	16,15
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		270.081.000		270.081.000	
17	CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	10.665.151/0001-12	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.000		1.000	
18	CPCPSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	10.665.162/0001-00	FECHADA CONTROLADA	100,00	0,00
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		1.000		1.000	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	2
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/014
4 - DATA DO REGISTRO CVM	04/04/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PARTICULAR
8 - DATA DA EMISSÃO	01/03/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/03/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	105 % do CDI
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	150.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	02
2 - Nº ORDEM	3
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	26/09/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	26/09/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	26/09/2009
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1,60% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	300.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	300.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	26/09/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	03
2 - Nº ORDEM	4
3 - Nº REGISTRO NA CVM	DISPENSADO O REGISTRO
4 - DATA DO REGISTRO CVM	29/12/2008
5 - SÉRIE EMITIDA	U
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	29/12/2008
9 - DATA DE VENCIMENTO	31/12/2018
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	14,75% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	NÃO HÁ
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	500.000.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	500.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	1
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	1
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	29/12/2009

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

INFORMAÇÕES NÃO REVISADAS PELOS AUDITORES

Composição dos acionistas da Companhia de Concessões Rodoviárias com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A.	64.393.416	15,97%	64.393.416	15,97%
Camargo Corrêa S.A.	7.766.880	1,93%	7.766.880	1,93%
Andrade Gutierrez Concessões S.A.	66.193.684	16,42%	66.193.684	16,42%
AGC Participações Ltda.	1.700.000	0,42%	1.700.000	0,42%
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	1.164.965	0,29%	1.164.965	0,29%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	1.143.847	0,28%	1.143.847	0,28%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	66.495.479	16,50%	66.495.479	16,50%
Soares Penido Obras, Construções, Investimentos Ltda.	2.832.413	0,70%	2.832.413	0,70%
Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda.	2.832.412	0,70%	2.832.412	0,70%
Brisa Participações e Empreendimentos Ltda.	72.160.300	17,90%	72.160.300	17,90%
Outros	116.418.404	28,89%	116.418.404	28,89%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Camargo Corrêa S.A.	526.206.813	100%	526.206.813	100%
Outros	7	0,00%	7	0,00%
Total	**526.206.820**	**100%**	**526.206.820**	**100%**

Composição dos acionistas da Camargo Corrêa S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Participações Morro Vermelho S.A.	48.940	100%	93.099	100%	142.039	100%
Carlos Pires Oliveira Dias	1	0,00%	1	0,00%	2	0,00%
Fernando Arruda Botelho	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Luiz Roberto Ortiz Nascimento	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Flávia Buarque de Almeida	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Albrecht Curt Reuter Domenech	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Vitor Sarquis Hallack	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Total	**48.946**	**100%**	**93.100**	**100%**	**142.046**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Participações Morro Vermelho S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
RCABON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 A	33,34%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCABPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 A	33,29%	1.498.080	22,19%
RCNON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 B	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCNPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 B	33,29%	1.498.080	22,19%
RCPODON Empreendimentos e Participações S.A.	749.998 C	33,33%	0	0,00%	749.998	11,11%
RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	1.498.080 C	33,29%	1.498.080	22,19%
RRRPN Empreendimentos e Participações S.A.	0	0,00%	5.760 D	0,13%	5.760	0,10%
Outros	6 (2 de cada A, B, C)	0,00%	0	0,00%	6	0,00%
Total	**2.250.000**	**100%**	**4.500.000**	**100%**	**6.750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCABON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCABPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCNON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCNPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Renata de Camargo Nascimento	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da RCPODON Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	749.850	100%	0	0,00%	749.850	99,98%
Outros	0	0,00%	150	100%	150	0,02%
Total	**749.850**	**100%**	**150**	**100%**	**750.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RCPODPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.499.890	99,99%	1.499.890	99,99%
Outros	110	0,01%	110	0,01%
Total	**1.500.000**	**100%**	**1.500.000**	**100%**

Composição dos acionistas da RRRPN Empreendimentos e Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Rosana Camargo de Arruda Botelho	1.980	33,34%	1.980	33,34%
Renata de Camargo Nascimento	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Regina de Camargo Pires Oliveira Dias	1.980	33,33%	1.980	33,33%
Total	**5.940**	**100%**	**5.940**	**100%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Concessões S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Outros	8.028	0,01%	1.837.880	3,31%	1.845.908	1,66%
Total	**55.525.379**	**100%**	**55.525.373**	**100%**	**111.050.752**	**100%**

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Andrade Gutierrez S.A.	233.761.338	100%	467.522.687	100%	701.284.025	100%
Outros	5	0,00%	0		5	0,00%
Total	**233.761.343**	**100%**	**467.522.687**	**100%**	**701.284.030**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.826	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S.A.	238.663.827	33,34%	477.336.173	33,34%	716.000.000	33,34%
Outros	9	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	**715.991.488**	**100%**	**1.432.008.519**	**100%**	**2.148.000.007**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora Santana Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	**300.000**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora São Miguel Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Morrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	**18.990.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100%
Total	**1.455.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100%
Total	**1.497.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100%
Total	**1.404.801**	**100%**

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100%
Total	**1.431.201**	**100%**

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Pereira	5	0,00%
Total	**1.392.801**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100%
Total	**1.372.401**	**100%**

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100%
Total	**1.196.001**	**100%**

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S.A. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ações	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	**5.000.363**	**100%**

Composição dos acionistas da Serveng-Civilsan S.A. Emp. Assoc. de Eng. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Part. e Emp. S.A.	25.225.441.568	68,48%	25.225.441.568	68,48%
Soares Penido Investimentos Ltda.	11.612.711.540	31,52%	11.612.711.540	31,52%
Rosa E. M. Penido Dalla Vecchia	1	0,00%	1	0,00%
Ana M. M. Penido Sant'Anna	1	0,00%	1	0,00%
Thadeu L. Marcondes Penido	1	0,00%	1	0,00%
Ações em Tesouraria	1	0,00%	1	0,00%
Total	**36.838.153.112**	**100%**	**36.838.153.112**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Part. e Emp. S.A. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	200.000.000	33,34%	200.000.000	33,34%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	200.000.000	33,33%	200.000.000	33,33%
Total	**600.000.000**	**100%**	**600.000.000**	**100%**

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Soares Penido Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Thadeu Luciano Marcondes Penido	148.546.332	33,33%	148.546.332	33,33%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	148.546.334	33,33%	148.546.334	33,33%
Rosa Evangelina Marcondes Penido Dalla Vechia	148.546.334	33,34%	148.546.334	33,34%
Total	**445.639.000**	**100%**	**445.639.000**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Obras, Construções e Investimentos Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	116.656.842	100%	116.656.842	100%
Rosa E. M. Penido Dalla Vecchia	100	0,00%	100	0,00%
Total	**116.656.942**	**100%**	**116.656.942**	**100%**

Composição dos acionistas da Soares Penido Construções e Serviços de Consultoria Rodoviária Ltda. com mais de 5%, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Soares Penido Investimentos Ltda.	24.385.853	100%	24.385.853	100%
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	100	00,00%	100	00,00%
Total	**24.385.953**	**100%**	**24.385.953**	**100%**

Composição dos cotistas da Brisa Participações e Empreendimentos Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Cotistas	cotas	%
Brisa Internacional SGPS S.A.	599.188.237	100%
Brisa Autoestradas de Portugal S.A.	1	0,00%
Total	**599.188.238**	**100%**

Composição dos acionistas da Brisa Internacional SGPS S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Brisa Auto-estradas de Portugal S.A	50.000	100%	50.000	100%

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos acionistas da Brisa Autoestradas de Portugal S.A. com mais de 5% das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
José de Mello SGPS, SA	179.520.271	29,92%	179.520.271	29,92%
Babcock & Brown Limited	90.419.878	15,07%	90.419.878	15,07%
Abertis Infraestruturas AS	87.643.700	14,61%	87.643.700	14,61%
Privado Holding	29.973.454	5,00%	29.973.454	5,00%
Outros	212.442.697	35,40%	212.442.697	35,40%
Total	**600.000.000**	**100%**	**600.000.000**	**100%**

Ações da Companhia em circulação (free-float)

Após o desdobramento das ações (split em fevereiro de 2006) a quantidade de ações em circulação (free-float) corresponde a 115.134.312, representando 28,56% do capital da Companhia.

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2009:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.229.092	0,31%	1.229.092	0,31%
Conselho Fiscal	0	0%	0	0%
Diretores	55.000	0,01%	55.000	0,01%
Outros (mercado)	115.134.312	28,56%	115.134.312	28,56%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Quadro indicativo da participação direta e indireta dos acionistas controladores, conselho de administração, conselho fiscal e diretores da Companhia de Concessões Rodoviárias em 31 de março de 2008:

Acionistas	ON	%	Total	%
Controladores	286.683.396	71,12%	286.683.396	71,12%
Conselho de Administração	1.483.536	0,37%	1.483.536	0,37%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%
Diretores	48.000	0,01%	48.000	0,01%
Outros (mercado)	114.886.868	28,50%	114.886.868	28,50%
Total	**403.101.800**	**100%**	**403.101.800**	**100%**

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu estatuto Social.

01882-1 COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS 02.846.056/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Ao
Conselho de Administração da
Companhia de Concessões Rodoviárias
São Paulo – SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Companhia de Concessões Rodoviárias e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, das mutações no patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Conforme mencionado na nota explicativa 3.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008 apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM n° 506 de 19 de junho de 2006.

São Paulo, 28 de abril de 2009 (exceto nota explicativa 26, datada de 04 de maio de 2009)

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	13
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	16
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	18
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	20
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	22
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	23
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	24
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	104
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	105
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	119
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	121
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	124
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	132
		CONCES.DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S.A.	
		CONC.SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A	
		CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA DOS LAGOS S.A.	
		CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO NITEROI S.A.	
		RODONORTE CONC.RODOVIAS INTEGRADAS S.A.	
		PARQUES SERVIÇOS LTDA.	
		ACTUA SERVIÇOS COMPARTILHADOS LTDA.	
		ACTUA ASSESSORIA LTDA.	
		ENGELOG CENTRO DE ENGENHARIA LTDA.	
		SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS S.A.	
		CONC.ROD.DO OESTE DE SP - VIAOESTE S.A.	
		CIA. DE CONC. RODOVIÁRIAS MÉXICO S RL CV	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01882-1	COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	02.846.056/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
		CONC.DA LINHA 4 DO METRÔ SÃO PAULO S.A.	
		CCR - USA, LLC.	
		CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.	
		COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES	
		CPCI CIA DE PARTICIP.CONC. INFRA-ESTRUTU	
		CPCPSP CIA PARTICIP.CONC.SERV.PUBLICOS	/132